

COORDENAÇÃO DE ENSINO - COEN/CGRH/PRF/MJ

Estudo Técnico Preliminar 6/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 08812.001405/2026-60

2. Descrição da necessidade

2.1. Descrição do Problema e Real Necessidade: i) A Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal (UniPRF) e a Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina (SPRF/SC) possuem um acúmulo de bens próprios inservíveis ou antieconômicos. A manutenção desses bens gera custos de guarda/armazenamento, ocupação de espaço físico e depreciação patrimonial, sem que o órgão possua estrutura administrativa suficiente nem servidores qualificados como leiloeiros oficiais em seu quadro funcional para a execução direta do desfazimento por meio de leilão conforme as exigências legais.

2.2. A necessidade torna-se especialmente crítica em relação à UniPRF em virtude do cronograma de mudança da sede da UniPRF para Brasília/DF a ocorrer em breve. Assim, a permanência desses bens sob a guarda da União nas instalações atuais da UniPRF inviabilizaria a logística de desocupação do imóvel e resultaria em gastos injustificados com o transporte de materiais sem utilidade para a nova Sede da UniPRF em Brasília.

2.3. Necessidade de Contratação de Terceiros. Como dito alhures, a Administração não dispõe de servidores qualificados como leiloeiros oficiais em seu quadro funcional para a execução direta do desfazimento conforme as exigências legais. Portanto, faz-se indispensável a contratação de leiloeiro oficial para a condução das hastas públicas, garantindo a legalidade e a transparência na alienação dos bens.

2.4. Resultados Pretendidos: com a contratação, busca-se alcançar:

2.4.1. Desocupação de espaço físico: Liberação do espaço físico ocupado pelos bens inservíveis próprios da PRF.

2.4.2. Racionalização de Recursos: Eliminação de despesas com a guarda e conservação de itens de propriedade do órgão que não servem mais ao interesse público.

2.4.3. Arrecadação de Receita: Conversão de ativos obsoletos em recursos para o Tesouro Nacional por meio da alienação eficiente.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gestão de Frota da UNIPRF	Gabriel Fidelis Narvaes Neto

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O procedimento de desfazimento e alienação de bens móveis inservíveis no âmbito da PRF deve obedecer, obrigatoriamente, às diretrizes e ritos processuais estabelecidos nos normativos internos, a exemplo do Manual de Gestão Patrimonial da Polícia Rodoviária Federal (MPA-029), e alterações posteriores, bem como às disposições federais vigentes que regem a matéria.

4.2. Requisitos de Qualificação e Operação

4.2.1. Registro Profissional: O profissional deve possuir registro regular e ativo na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (considerando a localização dos bens em SC), conforme exigido pelo Decreto nº 21.981/1932.

4.2.2. Capacidade Técnica: Comprovação de experiência na realização de leilões, preferencialmente para a Administração Pública Federal.

4.2.3. Infraestrutura Tecnológica: Disponibilização de plataforma de leilão eletrônico (*on-line*) que suporte auditabilidade, lances em tempo real e ampla divulgação, atendendo ao princípio da publicidade.

4.2.4. Vistoria e Organização: Capacidade para organização de lotes, elaboração de catálogo com fotos detalhadas e descrição precisa do estado de conservação dos bens nas dependências da UniPRF ou SPRF/SC.

4.3. Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho

4.3.1. Divulgação: Elaboração de plano de mídia para garantir o máximo de alcance de possíveis compradores, visando elevar o valor final de arremate.

4.3.2. Atendimento: Disponibilização de canal de suporte para dúvidas dos licitantes e suporte administrativo integral ao órgão contratante durante todas as fases do processo.

4.4. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

4.4.1. Na execução dos leilões de bens do acervo próprio da PRF (veículos oficiais e materiais ferrosos classificados como antieconômicos ou irrecuperáveis pela Comissão de Desfazimento), o leiloeiro oficial deverá adotar as seguintes práticas sustentáveis:

- a) **Certame 100% Eletrônico:** Realizar todo o procedimento em formato puramente eletrônico e/ou digital, eliminando catálogos e folhetos impressos e reduzindo deslocamentos.
- b) **Logística Reversa de Veículos:** Exigir que os arrematantes de veículos oficiais classificados como "sucatas irrecuperáveis" comprovem licença ambiental para desmonte, assegurando a descontaminação e reciclagem obrigatória de fluidos, baterias e óleos.
- c) **Destinação do Material Ferroso:** Agrupar e lotear os resíduos metálicos por tipologia de material, facilitando o direcionamento e a venda direta para indústrias de fundição ou cooperativas de reciclagem credenciadas.

4.5. Os serviços de leiloeiro oficial são classificados como serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, e conforme explicitado a seguir.

4.5.1. Embora não se tenha encontrado, até o momento, um acórdão do TCU amplamente conhecido afirmando de forma abstrata e direta que o serviço de leiloeiro oficial é serviço comum, o TCU possui precedentes que reconhecem implicitamente essa classificação ao admitir: i) a utilização de pregão para contratação de leiloeiro oficial; e ii) o tratamento do objeto como “serviço comum”.

4.5.2. O principal precedente é o Acórdão 1732/2020 – Plenário, em que o TCU analisou representação contra um Pregão Eletrônico destinado à contratação de serviço de leiloeiro oficial. Ponto relevante é que o próprio acórdão registra discussão sobre “atividades estranhas à prática do **serviço comum** de leiloeiro”, ou seja, o TCU partiu da premissa de que existe um núcleo de atividades típicas do leiloeiro enquadráveis como serviço comum; a irregularidade estaria em agregar atividades acessórias estranhas a esse núcleo. Esse precedente é frequentemente utilizado para sustentar que: i) o serviço de leiloeiro oficial possui padrões objetivamente definíveis; ii) não demanda notória especialização; iii) pode ser contratado por pregão ou credenciamento; iv) portanto, enquadra-se como serviço comum.

4.5.3. Hoje, inclusive, o próprio art. 31, §1º, da Lei 14.133/2021 praticamente consolidou legislativamente esse entendimento ao admitir: i) credenciamento; ou ii) pregão com maior desconto sobre a comissão, o que é compatível com a lógica de contratação de serviços comuns.

4.6. As condições de participação no certame e a documentação exigida do leiloeiro para o credenciamento e contratação estão previstas no Termo de Referência, do qual este Estudo Técnico Preliminar é apêndice.

Sustentabilidade

4.7. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.7.1. Conforme previsto no Decreto 7.746/2012:

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

[...]

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

- I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

- VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Subcontratação

4.8. É admitida a subcontratação das "atividades meio", a saber: serviços de identificação, classificação e avaliação dos veículos, notificação, organização do pátio e lotes, higienização, levantamento de débitos, pagamentos, desembaraço documental (incluindo baixa veicular), bem como inutilização de elementos identificadores (placa, chassi e outros a critério da comissão organizadora do leilão) e elaboração do termo de inutilização.

4.8.1. Quanto à subcontratação do serviço de leiloeiro *stricto sensu* ou atividade fim (a saber: apresentar os lotes e conduzir as ofertas, captando lances e anunciando o vencedor), deverá ser observado o descrito no Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932 e na Instrução Normativa DREI/ME nº 52, de 29 de julho de 2022, mediante comunicação formal e prévia anuência da CONTRATANTE, além da devida comunicação à Junta Comercial:

DECRETO Nº 21.981 DE 19 DE OUTUBRO DE 1932

Art. 11. O leiloeiro exercerá pessoalmente suas funções, não podendo delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional em seu preposto.

Art. 12. O preposto indicado pelo leiloeiro prestará as mesmas provas de habilitação exigidas no art. 2º, sendo considerado mandatário legal do preponente para o efeito de substituí-lo e de praticar, sob a sua responsabilidade, os atos que lhe forem inerentes. Não poderá, entretanto, funcionar juntamente com o leiloeiro, sob pena de destituição e tornar-se o leiloeiro incurso na de multa de 2.000\$0.

Parágrafo único. A destituição dos prepostos poderá ser dada mediante simples comunicação dos leiloeiros às Juntas Comerciais, acompanhada da indicação do respectivo substituto.

Art. 13. Quando o leiloeiro não tiver preposto habilitado, poderá, nos leilões já anunciados, ser substituído por outro leiloeiro de sua escolha, mediante prévia comunicação à Junta Comercial, ou adiar os respectivos pregões, se, em qualquer dos casos, nisso convierem os comitentes por declaração escrita, que será conservada pelo leiloeiro no seu próprio arquivo.

Parágrafo único. Os leilões efetuados com desrespeito deste artigo serão nulos, sujeitando-se o leiloeiro à satisfação de perdas e danos, que lhe for exigida pelos prejudicados.

INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI/ME Nº 52, DE 29 DE JULHO DE 2022:

Art. 57. É pessoal o exercício das funções de leiloeiro em pregões e hastas públicas, não podendo exercê-las por intermédio de pessoa jurídica e nem delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional em seu preposto, cabendo ao leiloeiro comunicar o fato à Junta Comercial. (...)

Art. 59. Quando o leiloeiro precisar ausentar-se do exercício do cargo para tratamento de saúde, requererá licença às Juntas Comerciais, juntando atestado médico e indicando preposto, ou declarando, no requerimento, desde que data entrou em exercício esse seu substituto legal, se o tiver. Parágrafo único. O afastamento do leiloeiro do exercício da profissão, por qualquer outro motivo, será sempre justificado."

4.8.2. A notificação à Contratante deverá ser acompanhada do comprovante de comunicação à Junta Comercial, bem como da informação sobre o período de afastamento necessário, conforme a moléstia.

4.8.3. Verificado que o tempo de ausência inviabilizará a continuidade do contrato, a administração poderá extinguir o contrato, garantindo a ampla defesa e contraditório.

4.8.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.8.5. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.8.6. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.8.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que a remuneração do leiloeiro oficial ocorre exclusivamente via comissão paga pelo arrematante (Decreto 21.981/1932). A natureza desse encargo, sem desembolso pelo erário, torna a exigência de garantia desnecessária e incompatível com o risco financeiro da Administração.

Vistoria

4.10. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, mediante agendamento via *e-mail* **frota.uniprf@prf.gov.br**

4.10.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10.3. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Instalação de escritório

4.11. Considera-se imprescindível, para a adequada execução dos serviços contratados, que o fornecedor possua ou venha a instalar, no mínimo, um escritório contendo estrutura administrativa mínima para acolhimento dos cidadãos (com impressora, copiadora, dois funcionários, iluminação, ambiente climatizado, entre outros) na Região Metropolitana de Florianópolis/RMF (a RMF é constituída pelos Municípios de Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José, São Pedro de Alcântara e Governador Celso Ramos, cf. Lei Complementar nº 636, de 9 de setembro de 2014), pelas seguintes razões:

4.11.1. A natureza desse serviço impõe a necessidade de acompanhamento presencial e contínuo por parte do leiloeiro oficial, em razão das seguintes atividades:

4.11.1.1. Vistorias presenciais e conferência dos lotes – os veículos arrolados em cada certame necessitam de conferência física, com registro fotográfico e catalogação, a fim de atender às exigências legais de transparência e de publicidade do edital de leilão.

4.11.1.2. Atendimento a interessados e arrematantes – a instalação de espaço físico local viabiliza a prestação de informações presenciais a proprietários, arrematantes e demais interessados, reduzindo litigiosidade e facilitando a comunicação com a sociedade.

4.11.1.3. Entrega de documentos e acompanhamento de transferência – a transferência de veículos conservados requer manuseio e guarda de documentos originais (CRLV, CRV, autos de remoção, laudos etc.), não sendo adequado centralizar tais procedimentos fora da localidade dos pátios.

4.11.1.4. Interação com órgãos públicos locais – a condução dos leilões demanda interface com a Junta Comercial de Santa Catarina (JUCESC), cartórios locais e DETRAN/SC, o que reforça a necessidade de presença administrativa na cidade.

4.11.1.5. Segurança e rastreabilidade – a manutenção de documentos, contratos e arquivos em local físico, vinculado ao leiloeiro credenciado, garante maior segurança, auditabilidade e conformidade com a LGPD e com as determinações do TCU quanto à rastreabilidade dos processos.

4.11.2. A instalação do escritório deve ser comprovada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos da assinatura do contrato.

4.11.3. A obrigação de instalação de escritório não se fará necessária nas unidades operacionais do interior do estado. Todavia, deverão ser disponibilizados funcionários em cada pátio para execução do contrato, desde os preparativos para o leilão até o desembaraço documental, com entrega do veículo livre de débitos, ônus e restrições.

4.12. Poderão participar do certame pessoas físicas que sejam Leiloeiros Oficiais, regularmente matriculados na JUCESC e em situação regular, que reúnam as condições de habilitação exigidas no Edital e anexos.

4.13. O descredenciamento do Leiloeiro(a) Oficial ocorrerá caso este não cumpra as regras e condições fixadas no Edital e anexos e na legislação pertinente. O leiloeiro credenciado deverá seguir o disposto no Decreto 21.981 de 19/12/32 e da Lei 14.133/2021, e das demais legislações pertinentes.

4.14. Os serviços da contratação abrangem a prestação de serviço de Leiloeiro Oficial para administração, preparação, organização, operacionalização e realização de leilões de sucatas, bens materiais e veículos da União, no âmbito da circunscrição da Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal - UniPRF e da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina - SPRF/SC.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e b) ser realizada consulta, audiência pública ou realizar diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições. Caso, após o levantamento do mercado de que trata o inciso III, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível. (inciso III, art. 7º, c/c §1º, art. 7º, IN 40/2020).

Análise do mercado e da solução pretendida

5.2. Conforme exposto no item 2.3 deste Estudo Técnico Preliminar, o mercado para a satisfação da necessidade do órgão é o da contratação de serviços de Leiloeiros Oficiais para a alienação de bens.

5.2.1. **Identificação dos potenciais contratados:** a listagem contendo os leiloeiros oficiais matriculados na Junta Comercial de Santa Catarina (JUCESC), cf. Relação de Leiloeiros/SC (SEI 73112987).

5.2.2. **Remuneração:** o Contratado será remunerado exclusivamente pelo arrematante (comprador), que pagará obrigatoriamente sobre quaisquer bens arrematados, conforme o Decreto nº 21.981/1932. A comissão não gera despesa para o órgão Contratante.

5.3. Prospecção de Soluções e Capacidade Interna.

5.3.1. Conforme o Art. 31 da Lei nº 14.133/2021, a realização do leilão pode ocorrer de forma direta ou indireta. Após análise, verificou-se que a Polícia Rodoviária Federal não dispõe de servidores qualificados ou legalmente habilitados como leiloeiros oficiais em seu quadro funcional para a execução direta do desfazimento. Diante da urgência imposta pelo processo de desfazimento preparatório à mudança da UniPRF para Brasília, a execução indireta por leiloeiro oficial é a solução que garante a expertise necessária.

5.4. Metodologia de Seleção e Alternativas de Mercado

5.4.1. A seleção será realizada via Credenciamento, procedimento auxiliar previsto na Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 11.878/2024. Esta escolha baseia-se nas seguintes premissas:

5.4.2. Contratações Similares: Foram consideradas práticas de outros órgãos federais que utilizam o credenciamento para garantir agilidade e transparência em mercados com características de condições padronizadas.

5.4.3. Hipótese de Enquadramento: A contratação é definida como paralela e não excludente, conforme o Art. 3º, inciso I, do Decreto nº 11.878/2024, sendo vantajosa por permitir contratações simultâneas. A fundamentação legal para a presente contratação encontra-se pormenorizada nos itens 6.2 a 6.11 deste Estudo Técnico Preliminar.

5.5. Análise da Competitividade e Inovações.

5.5.1. O levantamento de mercado indica a existência de um mercado na região de atuação da UniPRF e SPRF/SC:

5.5.2. Quantidade de Fornecedores: Em consulta a cadastros de órgãos similares e juntas comerciais, não foi identificada restrição de fornecedores que exija a flexibilização de requisitos indispensáveis de habilitação.

5.5.3. Tecnologia e Metodologia: Identificou-se que o uso de plataformas de leilão eletrônico é a inovação metodológica que melhor atende à necessidade de desocupação célere dos bens antes da mudança institucional.

6. Descrição da solução como um todo

Solução escolhida

6.1. A solução escolhida para satisfazer a necessidade do órgão é a contratação de serviço comum de Leiloeiro Oficial visando administrar e operacionalizar leilões públicos, na forma presencial e/ou eletrônica, de ferrosos, veículos e materiais do patrimônio próprio da PRF, sob responsabilidade da Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal (UniPRF) e da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina (SPRF/SC), que se encontram na condição inservíveis e/ou antieconômicos e necessitam de destinação específica que poderá ser alcançada com a respectiva contratação.

Da fundamentação legal para a contratação de leiloeiro oficial

6.2. Os serviços a serem contratados (leiloeiro oficial) enquadram-se nos pressupostos do §1º do art. 3º do Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios (atividades de apoio) à área de competência legal do órgão e não envolvem a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; não são considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; não estão relacionados ao poder

de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção e não são inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão; portanto o objeto não se enquadra, ainda que parcialmente, nas vedações do Decreto nº 9.507, de 2018.

6.3. Nos termos do artigo 31, da Lei 14.133/21, o leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais.

6.4. No parágrafo 1º do citado comando legal, consta que:

§ 1º Se optar pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração deverá selecioná-lo mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão e adotar o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados.

6.5. Importante destacar que, ao regulamentar o supracitado dispositivo legal, o Decreto nº 11.461 de 2023, dispôs que os leiloeiros oficiais deverão ser selecionados mediante credenciamento:

Art. 6º Na hipótese de realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, sua seleção será mediante credenciamento.

§ 1º O credenciamento de que trata o **caput** observará, como parâmetro máximo da taxa de comissão a ser paga pelos arrematantes a todos os credenciados, o montante de cinco por cento do valor do bem arrematado.

§ 2º É vedada a previsão de taxa de comissão a ser paga pelos comitentes.

Art. 7º O credenciamento de que trata o art. 6º será realizado exclusivamente pela Central de Compras da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para adesão pelos órgãos e pelas entidades.

6.6. Porém, conforme a Orientação 42 - MGI, disponível no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/42-orientacao-acerca-do-credenciamento-para-contratacao-de-leiloeiro-oficial>, consultado em 14/11/2025:

A Secretaria de Gestão e Inovação (Seges), órgão central do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), está adotando medidas preventivas para evitar a interrupção dos procedimentos de alienação que requerem a participação de leiloeiros oficiais. Com esse propósito, **orienta os órgãos** e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional **a conduzirem seus próprios processos de credenciamento de leiloeiros oficiais enquanto o processo de credenciamento realizado pela Central de Compras da Seges não estiver concluído**, conforme estabelecido no art. 7º do Decreto nº 11.461, de 31 de março de 2023.

6.6.1. De se ressaltar que, em recente consulta feita junto ao órgão responsável (Consulta SEI 73404939), no âmbito do Processo 08652.002968/2025-74, o referido órgão informou que **não há previsão de data para início do referido processo de credenciamento [a ser realizado pela Central de Compras da SEGES]**.

6.7. Conforme disposto no art. 74 da Lei 14.133/2021, a contratação do serviço será por meio da contratação direta por inexigibilidade de contratação:

Seção II

Da Inexigibilidade de Licitação

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de **credenciamento**;

6.8. Com base no texto do Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, a contratação do leiloeiro oficial para realizar o leilão de bens próprios da PRF se enquadra na hipótese do Artigo 3º, inciso I: paralela e não excludente .

6.9. É não excludente porque a instituição não busca selecionar um único leiloeiro oficial exclusivo com exclusão dos demais. O objetivo é credenciar e habilitar todos os profissionais da região que preencham os requisitos legais do edital .

6.10. As condições são padronizadas porque a remuneração do leiloeiro oficial (a comissão de 5% paga pelo arrematante) é previamente fixada por regulamentação legal, o que inviabiliza uma disputa de preços tradicional e exige que as regras de atuação e execução do serviço sejam idênticas para todos os credenciados .

6.11. As outras duas hipóteses trazidas pelo artigo não se aplicam ao caso :

a) Inciso II (Seleção a critério de terceiros): Não se aplica porque quem define e distribui a demanda é a própria Administração da PRF por meio das regras de rodízio/antiguidade , e não um beneficiário terceiro .

b) Inciso III (Mercados fluidos): Não se aplica porque o leilão de bens próprios é um serviço logístico e administrativo planejado e institucional . Ele não sofre as flutuações constantes e diárias de valor que caracterizam os mercados fluidos (como passagens aéreas ou combustíveis), as quais inviabilizariam fixar as condições em edital .

Do critério de distribuição de demanda

- 6.12. As demandas de leilão geradas no âmbito deste credenciamento serão distribuídas entre os profissionais considerados habilitados de forma estritamente impessoal e isonômica, adotando-se o critério de rodízio baseado na antiguidade da matrícula regular perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).
- 6.13. No prazo de vinte dias úteis, a contar da publicação do Edital, a Administração divulgará a lista inicial de leiloeiros credenciados.
- 6.13.1. Caso não haja manifestação de interessados nesse período, a Administração aguardará 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do primeiro requerimento para divulgar a lista inicial de leiloeiros credenciados.
- 6.14. Observado o disposto no item 9 do Edital, e obedecendo à ordem de antiguidade das matrículas dos leiloeiros credenciados, a Administração convocará primeiramente o leiloeiro oficial credenciado detentor da matrícula mais antiga para a assinatura do contrato de prestação de serviços, o qual possuirá vigência de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura.
- 6.14.1. A ausência ou recusa de assinatura do contrato pelo leiloeiro convocado no prazo estabelecido no item 9.3 do Edital, autoriza o órgão contratante a convocar o leiloeiro que se encontra na posição subsequente na ordem de classificação para assinatura do contrato.
- 6.15. Decorrido o prazo de vigência contratual ou exaurida a demanda que motivou a convocação, a próxima demanda ativa será atribuída ao leiloeiro credenciado subsequentemente posicionado na ordem cronológica de registros na JUCESC, caracterizando a alternância do rodízio.
- 6.16. Caso o leiloeiro oficial formalmente convocado não assine o instrumento contratual dentro do prazo estipulado pela Administração, a atribuição daquela demanda será tornada sem efeito e será convocado o próximo leiloeiro credenciado na sequência/ordem de antiguidade.
- 6.17. O leiloeiro oficial que incorrer na hipótese de não assinatura do contrato no prazo, ou que formalizar a recusa ao encargo, será reposicionado para a última posição da fila de prioridade para fins de distribuição de futuras demandas, sem prejuízo de possíveis sanções administrativas por meio de processo próprio em que seja assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 6.18. Na hipótese de novos leiloeiros (com registros menos antigos na JUCESC) virem a se credenciar após o reposicionamento de que trata o item 6.11 acima, estes novos ingressantes serão alocados na sequência natural de antiguidade, posicionando-se à frente do leiloeiro que não assinou o contrato. O leiloeiro credenciado remetido ao final da fila permanecerá obrigatoriamente na última posição absoluta para fins de distribuição de nova demanda, devendo aguardar que todos os demais profissionais — inclusive os novos/recém credenciados e menos antigos — tenham suas demandas distribuídas antes de se tornar elegível para uma nova convocação.
- 6.19 **Exemplo Prático de como a regra funciona:** Para ficar claro como a distribuição de demandas funcionará conforme os critérios estabelecidos nos itens 6.12 ao 6.18 deste Estudo Técnico Preliminar, imagine o seguinte cenário:

— Três leiloeiros são inicialmente credenciados: Leiloeiro A (matrícula de 2010), Leiloeiro B (matrícula de 2015) e Leiloeiro C (matrícula de 2020).

— A ordem inicial para distribuição das demandas é: [A B C].

— O Leiloeiro A (mais antigo) é chamado, mas perde o prazo e não assina o contrato.

— Pela regra, ele vai para o fim da fila. A fila passa a ser: [B C A].

— O Leiloeiro B é chamado e assina o contrato de 12 meses.

— Durante esses 12 meses, um novo profissional se credencia: Leiloeiro D (matrícula de 2025 - menos antigo).

— Como o critério padrão é antiguidade, mas o Leiloeiro A foi para o final da fila porque não assinou o contrato, a nova ordem para os próximos contratos será: [C D A].

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Serão credenciados leiloeiros matriculados e em situação regular na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), para prestarem os serviços de Leiloeiro Oficial, para realizarem leilões, preferencialmente na forma eletrônica, de bens próprios da União no âmbito da UniPRF e da SPRF-SC, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Leiloeiro Oficial	3972	unidade	1

--	--	--	--	--

Das quantidades de bens a serem leiloados

7.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração deverá informar a quantidade e a especificação dos lotes a serem leiloados.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): ,01

8.1. A estimativa do valor desta contratação para a Administração Pública é equivalente a zero (custo nulo). Isso ocorre porque o leiloeiro oficial não é remunerado diretamente pelo órgão.

8.2. Neste ETP informa-se o valor simbólico de R\$ 0,01 (um centavo) em virtude de limitação do sistema, o qual não admite valor zero.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A regra a ser observada pela Administração Pública nas contratações é a do parcelamento do objeto, mas é imprescindível que sua divisão seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala.

9.2. Haverá parcelamento da solução e, portanto, licitação por item, sempre que o objeto for divisível e tal decisão assegure:

9.2.2. Não haver perda de economia de escala;

9.2.1. Ser possível e conveniente a execução simultânea;

9.2.3. Haver controle individualizado da execução de cada contratado.

9.3. Para a presente contratação, considerando a natureza do objeto (contratação de leiloeiro oficial), o parcelamento da solução é inviável, haja vista que a contratação de leiloeiro oficial por credenciamento pressupõe uma prestação de serviço unificada, indivisível e padronizada para a organização e condução integral de cada leilão.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Por definição, contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. A Instrução Normativa nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, traz no inciso XII do art. 2º, o conceito e alguns exemplos de serviços correlatos ao agenciamento de passagens aéreas - transportes terrestres e aquaviários, aluguel de veículos, hospedagem, seguro de viagem, dentre outros.

10.2. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

10.3. A contratação atual não guarda correlação nem interdependência com outra contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O procedimento de contratação ora iniciado, está alinhado com os Indicadores Estratégicos da PRF 2023-2028:

11.1.1. Programa: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL;

11.1.2. Objetivos estratégicos: OBE 02 - Prover recursos, infraestrutura e soluções tecnológicas inovadoras;

11.1.3. Área temática principal: DIAD;

11.1.4. Código do indicador:

a) IDE-40: Adequação Logística;

b) IDE-41: Adequação da Frota da PRF.

11.2. O objeto a ser contratado está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

i) Id pca PNCP: 00394494010441-0-000024/2026

ii) Data de publicação no PNCP: 10/09/2025

iii) Id do item no PCA: 52

iv) Classe/Grupo: 859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE

v) Identificador da Futura Contratação: 200229-21/2026

11.3. De acordo com o parágrafo primeiro, do artigo 8º da Portaria SEGES/ME Nº 8.678, de 19 de julho de 2021, que versa sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional:

§ 1º O PLS deverá nortear a elaboração:

I - do Plano de Contratações Anual;

II - dos estudos técnicos preliminares; e

III - dos anteprojetos, dos projetos básicos ou dos termos de referência de cada contratação.

11.4. O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) é uma ferramenta de gestão e planejamento que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização dos gastos e processos administrativos.

11.5. O PLS é estruturado em programas, iniciativas e metas de curto e médio prazos.

11.6. Tem como objetivo principal estabelecer diretrizes e um conjunto de programas para a inserção de atributos de sustentabilidade na gestão da logística, visando reduzir impactos socioambientais negativos.

11.7. Atualmente, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal não possui um PLS, porém o instrumento está sendo elaborado pela Diretoria de Administração (DIAD).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A presente contratação de leiloeiro oficial, por meio de credenciamento paralelo e não excludente, visa garantir a desocupação predial da UniPRF com eficiência e economicidade, transformando veículos oficiais desativados e materiais ferrosos classificados como "antieconômicos" ou "irrecuperáveis" em receita para o Erário.

12.2. O modelo gera ganhos diretos ao desonerar a força de trabalho interna de atividades alheias às suas atribuições legais, permitindo o direcionamento exclusivo dos recursos humanos da instituição para a sua atividade-fim. Além disso, proporciona ganhos indiretos expressos em termos de otimização financeira e melhor aproveitamento dos recursos materiais disponíveis, eliminando custos contínuos com a manutenção de depósitos e simplificando a gestão patrimonial do órgão.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração deverá designar formalmente, por meio de ato específico, a equipe de fiscalização e gestão contratual, providenciando eventual capacitação aos servidores. Adicionalmente, deve-se realizar a consulta prévia obrigatória ao SICAF e junto à JUCESC para assegurar a regularidade do leiloeiro oficial a ser contratado.

13.2. Além disso, o órgão deverá consolidar o inventário dos bens para fins de alienação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação do leiloeiro oficial não gera impactos ambientais diretos, uma vez que a natureza do objeto se restringe à prestação de serviços administrativos de organização, catalogação e condução das sessões públicas do leilão em formato eletrônico.

14.2. Os potenciais riscos associados à destinação final dos materiais ferrosos e dos veículos oficiais desativados deverão ser tratados e mitigados na fase de execução do contrato, conforme a legislação pertinente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A Equipe de Planejamento da Contratação declara expressamente que a contratação é viável e razoável, com base nos elementos colhidos no Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GABRIEL FIDELIS NARVAES NETO

Integrante requisitante e técnico da equipe de planejamento da contratação



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 15:19:51.

CLAUDIO DA CUNHA FREIRE

Integrante administrativo da equipe de planejamento da contratação



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 13:47:40.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I.B DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. A presente contratação será realizada **sem ônus** para a Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal - UniPRF e para a Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina - SPRF/SC, visto que toda a remuneração do(a) Leiloeiro(a) Oficial será paga exclusivamente pelos arrematantes, pela comissão prevista no Art. 24 do Decreto nº 21.981/32, não recaindo sobre a Administração Pública qualquer despesa decorrente da execução dos serviços objeto deste credenciamento, conforme disposto nos Estudos Técnicos Preliminares e no Termo de Referência.

1.1. O percentual da comissão do(a) Leiloeiro(a) Oficial será fixado em 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação dos bens ou lotes alienados, nos termos do parágrafo único do art. 24 do Decreto nº 21.981/1932 e do parágrafo único do art. 884 da [Lei nº 13.105/2015](#) - Código de Processo Civil.

1.2. A remuneração do(a) leiloeiro(a) contratado(a) será constituída exclusivamente da comissão de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor de venda de cada bem ou lote arrematado em leilão, a ser cobrada diretamente dos respectivos arrematantes, sem qualquer interveniência da Administração, conforme disposto no § 2º do art. 42 e no parágrafo único do art. 24 do Decreto nº 21.981/1932.

1.3. Em hipótese alguma o(a) leiloeiro(a) poderá promover retenção, parcial ou integral, dos valores arrecadados com a alienação dos bens, os quais deverão ser integralmente recolhidos à Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal - UniPRF e/ou à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina - SPRF/SC, conforme a titularidade/responsabilidade dos bens alienados.

1.4. Os leilões poderão ser realizados indistintamente pela Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal - UniPRF, pela Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina - SPRF/SC, ou de forma conjunta, conforme a conveniência e necessidade administrativa de cada unidade, inexistindo qualquer relação de dependência, vinculação obrigatória ou execução simultânea entre os respectivos certames ou lotes disponibilizados.

1.5. A realização de leilão por uma das unidades não condiciona, obriga ou pressupõe a participação da outra, podendo os certames ocorrer de forma autônoma, independente e em momentos distintos, conforme o planejamento administrativo e a disponibilidade de bens de cada unidade demandante.

2. Não há data previamente definida para a realização dos leilões, ocorrendo estes apenas a partir da demanda apresentada pela Contratante.

3. Não há quantitativo de bens definido para a realização dos leilões, ocorrendo estes apenas a partir da demanda apresentada pelo órgão antes da assinatura do contrato.

4. Quanto aos bens a serem leiloados, podem ser de todo tipo, desde móveis, veículos, equipamentos, eletro-eletrônicos, estojos/cartuchos de munição já deflagrados, etc, sendo que deverá ser observada a legislação pertinente, seja quanto a sustentabilidade, seja quanto ao material controlado, para o que somente poderá ser levado à desfazimento como sucata, já tratados para fins de derretimento e/ou trituração.

5. Quanto as principais **OBRIGAÇÕES DO(A) LEILOEIRO(A) CONTRATADO(A)**, além daquelas rigorosamente descritas no Edital e seus anexos, temos:

5.1. Planejar, em conjunto com o órgão, todas as fases do leilão e a executá-las em conformidade com este planejamento.

5.2. Auxiliar o órgão na composição de lotes de bens para venda, de modo a torná-los atrativos para o mercado.

5.3. Realizar os leilões de bens móveis ou imóveis da UniPRF e da SPRF/SC, de forma conjunta u em separado, com estrita observância da legislação pertinente e do planejamento elaborado em conjunto com o órgão.

5.4. Prestar contas ao órgão de cada leilão realizado, dentro do prazo estipulado no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar da Contratação.

- 5.5. Comunicar ao órgão sobre os bens que efetivamente não puderem ser leiloados.
- 5.6. Permitir que os servidores designados pelo órgão realizem, a qualquer momento, independentemente de aviso prévio, vistoria e fiscalização das condições de armazenagem dos bens a serem leiloados.
- 5.7. Manter sigilo dos serviços contratados e de dados processados, inclusive da documentação.
- 5.8. Compor os lotes conforme a melhor técnica para a realização do arremate.
- 5.9. Auxiliar o órgão na elaboração do Edital do Leilão, conforme a legislação vigente, certificando-se de constar todos os dados necessários.
- 5.10. Providenciar a publicidade do edital de leilão, após aprovação do órgão, conforme se segue:
- 5.10.1. Imprensa escrita: em jornal de grande circulação no Estado ou na região em que ocorrerá o leilão.
 - 5.10.2. Sítio eletrônico na Internet.
 - 5.10.3. Faixas para serem colocadas em pontos estratégicos como nas proximidades dos postos da PRF, delegacias e sede da UniPRF e SPRF/SC, conforme o caso.
 - 5.10.4. Afixar faixa(s) nas localidades onde houver uma concentração superior a 25 veículos e/ou no lugar cujo somatório da avaliação dos veículos seja igual ou superior a R\$ 25.000,00. Nos locais que não atingirem este volume, o Leiloeiro deverá providenciar a divulgação pelo meio que entender mais adequado.
 - 5.10.5. Providenciar, no mínimo, 100 (cem) panfletos para localidades onde houver uma concentração superior a 25 veículos e/ou no lugar cujo somatório da avaliação dos veículos seja igual ou superior a R\$ 25.000,00. Nos locais que não atingirem este volume, o(a) Leiloeiro deverá providenciar a divulgação pelo meio que entender mais adequado.
- 5.11. Enviar cópia das publicações de editais ao órgão contratante logo após sua publicação.
- 5.12. Submeter todo material publicitário do leilão para análise do órgão, para aprovação.
- 5.13. Conferir o cadastro virtual dos interessados em participar do leilão com a documentação física autenticada (além de outros meios), possibilitando identificar, registrar, comprometer o participante da sessão pública do leilão, conduzindo-o à veracidade das informações prestadas, responsabilidade nos lances e assegurando o registro de quem participa para fins de eventuais ações judiciais.
- 5.14. As despesas de publicação serão custeadas pelo Contratado, exceto as de responsabilidade da contratante, elencadas abaixo:
- 5.14.1. Publicação no Diário Oficial da União – D.O.U.
 - 5.14.2. Publicação no site da PRF.
 - 5.14.3. A documentação a ser exigida pelo(a) Leiloeiro(a) Oficial para participação nos certames se fará de acordo com a legislação e o tipo de bem a ser leilado (Ex. sucata - condições específicas para a participação do leilão e as restrições legais).
- 5.15. Identificar visualmente os lotes para o leilão nos locais onde se encontram depositados, de modo claro, de forma a possibilitar o perfeito discernimento por parte dos interessados.
- 5.16. Informar previamente qualquer fato que possa impactar nas atividades relativas ao processo licitatório, bem como o planejamento da distribuição do material publicitário.
- 5.17. Receber dos arrematantes os pagamentos referentes aos lotes arrematados. Emitir Nota de Arremate, comprovando o pagamento por parte dos arrematantes para a retirada os lotes arrematados.
- 5.18. Apresentar a prestação de contas parcial com:
- 5.18.1. Cópias dos documentos dos arrematantes (identidades, CPF e comprovantes de residência dos arrematantes, ou cópia dos contratos sociais de empresas bem como procuração específica para indivíduos que representem estas empresas, caso não sejam os proprietários legais);
- 5.19. Emitir Nota de Arremate, na qual deve constar:
- 5.19.1. No caso do arrematante ser Pessoa Física: Nome Completo, Endereço (Rua, Bairro, Número, Cidade, UF, CEP), RG, CPF, E-mail, Telefone e Termo de Compromisso de que irá cumprir as regras do edital de leilão.
 - 5.19.2. No caso do arrematante ser Pessoa Jurídica (Conforme a lei n. 12.977/14): Razão Social da Empresa, Endereço (Rua, Bairro, Número, Cidade, UF, CEP), CNPJ, E-mail, Telefone, Alvará de

Funcionamento, Documento de Autorização emitido pelo Detran para aquisição de sucata e Termo de Compromisso de que irá cumprir as regras do edital de leilão.

- 5.20. Planilha dos débitos dos Veículos Leiloados.
- 5.21. Planilha da Previsão de Rateio.
- 5.22. Ata de eventual retificação da ata original.
- 5.23. Relatório geral de venda com os fatos ocorridos da sessão pública até o momento.
- 5.24. Comprovante de comunicação ao arrematante sobre a finalização do desembaraço e retirada do veículo.
- 5.25. Demais documentos pertinentes aos procedimentos do leilão.
- 5.26. Aguardar aprovação da prestação de contas.
- 5.27. Após aprovação e orientação do órgão, deverá efetuar o pagamento dos débitos referentes a cada veículo leiloadado, obedecendo à ordem de prevalência analisada e autorizada.
- 5.28. Recolher à UniPRF e/ou à SPRF/SC, por meio de GRU, após o pagamento de todas as despesas, o valor remanescente quando da realização do leilão.
- 5.29. Apresentar a prestação de contas final (com todos os comprovantes, recibos e documentos relativos aos procedimentos adotados após a prestação de contas parcial). Apresentar Nota de Arremate. Elaborar relatório e/ou demais formulários e documentos necessários à perfeita conclusão do procedimento do leilão que presidiu.
- 5.30. Para maior transparência, melhor fiscalização e acompanhamento da execução contratual dos serviços executados, o(a) Contratado(a) deverá emitir os relatórios/planilhas, conforme dos seguintes Anexos:
 - 5.30.1. Modelo de Ordem de Serviço.
 - 5.30.2. Modelo para Prestação de Contas Parcial.
 - 5.30.3. Modelo para Prestação de Contas Final.
 - 5.30.4. O relatório de Veículos Aptos a Leilão, bem como demais relatórios deverão ser encaminhados para o órgão contratante.

6. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- 6.1. Disponibilizar local adequado com a estrutura física e técnica para a realização do leilão, quando os leilões forem realizados de forma presencial, se for o caso.
- 6.2. Planejar, em conjunto com o(a) leiloeiro(a) contratado(a), todas as fases do leilão, de modo que possam ser rigorosamente cumpridas as exigências legais.
- 6.3. Emitir os documentos que a lei exigir para formalização da venda dos bens negociados em leilão público, pelo(a) leiloeiro(a) contratado(a).

7. Os serviços de Leiloeiro Oficial contratado deverão ser prestados em conformidade com as descrições contidas no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e, subsidiariamente, com as especificações aqui contidas. Vejamos:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
TIPO DE SERVIÇO	DESCRIÇÃO
1	Lotear, classificar e higienizar os veículos/materiais
2	Organizar os veículos/materiais selecionados para o leilão
3	Notificar os órgãos e demais envolvidos dos veículos/materiais selecionados por meio de cartas com aviso de recebimento, para os casos de bens doados e não transferidos para propriedade da UniPRF e/ou da SPRF/SC
4	Catalogar os veículos/materiais selecionados através de fotografias e registro em sistema próprio
5	Confeccionar laudo de vistoria veicular
6	Realizar o leilão na modalidade presencial(caso demandado pela UniPRF ou pela SPRF/SC), que deve ser realizada em estrutura e local próprio e, simultaneamente, online, por meio de website próprio

8. Considera-se lotear (Tipo de serviço 1) o ato de gravar com adesivo removível a legenda numérica do respectivo lote e a marca "PRF" com a fonte prevista no Manual de Identificação Visual da Polícia Rodoviária Federal, a ser fornecido pela UniPRF ou pela SPRF/SC, em área visível do veículo/material, de acordo com a exigências da Contratante, quanto ao tamanho, fonte e local de fixação. As imagens abaixo são meramente

ilustrativas. Nesse sentido, quando se tratar de veículo dotado de para-brisa em regular estado de conservação, o adesivo removível será colocado nesse equipamento obrigatório. Em outras hipóteses, considerando a sua ausência ou quando existir dano visível, a fixação deverá ocorrer em sua lataria de maneira padronizada ou em posição mais adequada no material a ser leiloadado.

8.1. Se for conveniente e pactuado, entre Contratante e Contratado, outro tipo de identificação, esse poderá ser utilizado, incluindo-se essa informação no processo relacionado ao certame de leilão.

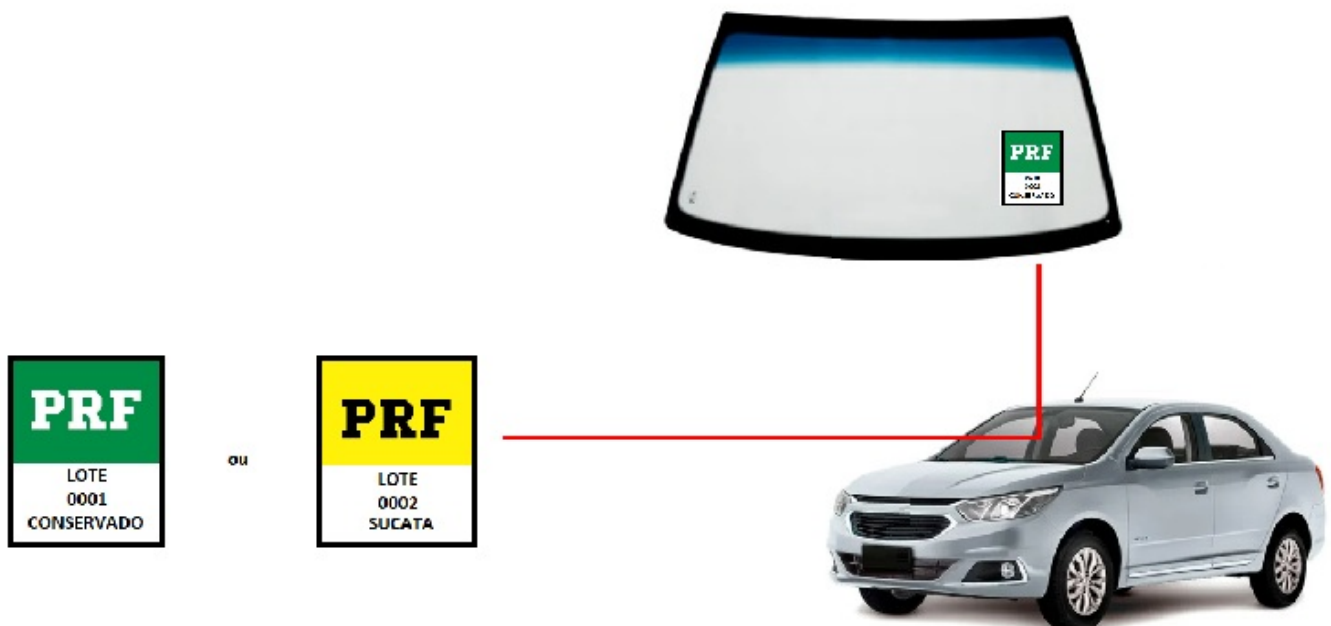
Veículo/material conservado identificado com adesivo de fundo verde e logo marca "PRF" na cor branca com descrição abaixo apresentando a palavra "LOTE" e "CONSERVADO", em caixa alta, relacionado ao seu número específico.



Veículo/material sucata identificado com adesivo de fundo amarelo e logo marca "PRF" na cor preta com descrição abaixo apresentando a palavra "LOTE" e "SUCATA", em caixa alta, relacionado ao seu número específico.



Exemplo de fixação de adesivo removível.



9. Considera-se classificar (Tipo de serviço 1) o ato de observar a organização dos veículos/materiais

em ordem, crescente ou decrescente, quanto a destinação em área própria e isolada de classificação do pátio para grupo de veículos, denominados de sucatas e conservados, nos termos do artigo 328, § 1º da Lei nº 9.503/97, que será determinada pela UniPRF ou pela SPRF/SC, a qualquer título.

10. A remoção dos elementos de identificação de veículo automotor, internos e externamente, do tipo placa, chassi, gravação de número de motor e dígitos alfanuméricos do tipo *vin* ou *vis* em suas diferentes estruturas, que será realizada de acordo com o modelo determinado pela UniPRF ou pela SPRF/SC, encontra-se contida na prestação de serviço do tipo (1) quanto a classificação e será realizada em momento próprio no processo de leilão.

11. Considera-se higienizar (Tipo de serviço 1) o ato ou efeito de tornar higiênico, dentro da salubridade necessárias à prevenção ou ao combate de doenças, e a limpeza completa dos itens, objeto de leilão, ao qual envolve a lavagem com o uso de produtos adequados, para aqueles itens classificados como conservados.

12. Considera-se organizar (Tipo de serviço 2) os bens selecionados para o leilão, conforme determinação da UniPRF ou da SPRF/SC, o ato de estruturar os lotes de forma ordenada no pátio para que o público interessado, preferencialmente organizados segundo seu porte (pequeno, médio, grande) no ato de visitação, obtenha máxima facilidade na localização dos lotes, combinada com área de atendimento ao usuário, aplicando-se a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

13. A área de atendimento, aplicável na prestação de serviço do tipo organização (Tipo de serviço 2) dos bens a serem leiloados, deverá possuir pelo menos duas pessoas com a finalidade específica de auxiliarem o público interessado quanto as dúvidas, questionamentos, local, data e hora, bem como a disponibilidade de *desktop* ou *laptop* com acesso à internet e editais do leilão nos dias de visitas conforme determinação da UniPRF ou da SPRF/SC.

14. É dever do(a) leiloeiro(a) oficial realizar a divulgação e propaganda da atividade de leilão da data e horário de sua realização em redes sociais, mídia televisiva, jornal de grande circulação e rádio que se encontra contida na prestação de serviço do tipo organização do leilão (Tipo de serviço 2), e ainda informar aos interessados que:

I - Durante os períodos de visitação dos lotes, os interessados deverão observar as normas de segurança e de acesso aplicáveis às dependências da Administração Pública Federal, devendo apresentar-se com vestimenta adequada ao ambiente institucional, sendo vedado o ingresso de pessoas trajando roupas incompatíveis com o decoro e a segurança do local.

II - Nos casos em que o acesso aos locais de visitação ocorrer mediante utilização de veículo automotor, o condutor deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação – CNH válida e compatível com a categoria do veículo conduzido, bem como o respectivo veículo deverá estar devidamente licenciado e em condições regulares de circulação, nos termos da legislação de trânsito vigente.

15. Considera-se notificar (Tipo de serviço 3) o ato de dar conhecimento e comunicar os compradores e alienantes dos bens selecionados, por meio de cartas com aviso de recebimento, durante todo o processo de leilão ao qual envolve 04 (quatro) situações específicas: (a) notificação para órgãos de trânsito de qualquer UF, (b) notificação de veículos com restrição judicial ou policial para a autoridade responsável pela restrição e (c) Outras notificações necessárias relacionadas com cada lote, sob orientação da UniPRF ou da SPRF/SC.

16. Considera-se catalogar (Tipo de serviço 4) o ato de fotografar cada veículo loteado com, no mínimo, 07 (sete) registro de imagens, realizadas por câmera fotográfica de pelo menos 12 mega pixels, e que envolva completamente a parte frontal (1), a lateral direita (2), a lateral esquerda (3), a traseira (4), a placa traseira (5), o chassi (6) e o número de motor (7), conforme exigência da UniPRF ou da SPRF/SC.

17. As imagens deverão estar disponíveis de maneira organizada em banco de dados e sistema próprio ao qual permita o acesso de servidores da UniPRF e da SPRF/SC, por meio de senha pessoal e intransferível.

18. Considera-se confeccionar laudo de vistoria (Tipo de serviço 5) a emissão de documento, após efetiva vistoria dos elementos de identificação veicular em sistema base de consulta BIN, com número próprio e vinculado a cada veículo loteado de acordo com modelo similar em anexo e que permita a sua ratificação por servidor da UniPRF e ou da SPRF/SC, por meio de assinatura eletrônica, destacando-se, em campo próprio do laudo de vistoria, as restrições administrativas, judiciais e policiais.

19. Considera-se realizar o leilão (Tipo de serviço 6) na modalidade presencial a disponibilidade de local, próprio ou locado, com salubridade, água potável disponível, segurança privada e acomodação em cadeiras em quantidade suficiente para o público interessado de acordo com a estimativa da UniPRF e/ou da SPRF/SC.

20. Considera-se ainda realizar o leilão (Tipo de serviço 6) na modalidade presencial a decoração do evento que deverá apresentar *banner* com o brasão da PRF e marca em fonte prevista no Manual de Identificação Visual da Polícia Rodoviária Federal, confeccionado em material impresso de grande formato e resistência do tipo lona para ser fixado em suporte móvel que deve ser construído sob medida em aço galvanizado conforme orientação

da UniPRF e da SPRF/SC.

21. Considera-se ainda realizar o leilão (Tipo de serviço 6) na modalidade eletrônica, que o(a) Leiloeiro(a) disponibilizará à UniPRF e SPRF/SC acesso à sua plataforma eletrônica de leilões, mediante login e senha, onde será possível acompanhar em tempo real a telemetria do leilão bem como obter relatórios gerenciais, inclusive de pagamentos de lotes, contendo, no mínimo, identificação do lote, placa, chassi, nome do arrematante, CPF/CNPJ, endereço físico e eletrônico para correspondência, valores da arrematação, comissão e demais taxas e o total pago pelo arrematante.

22. No que se refere a prestação de serviço, é dever do(a) Leiloeiro(a) Oficial observar o Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, que define as competências da Polícia Rodoviária Federal, e dá outras providências; a Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos administrativos; a Lei nº 8.722, de 27 de outubro de 1993, que torna obrigatória a baixa de veículos vendidos como sucata; a Resolução do CONTRAN nº 623, de 06 de setembro de 2016; a Lei nº 13.160, de 25 de agosto de 2015; e, a Lei nº 9.503/97, de 23 de setembro de 1997, além de outros diplomas normativos que regem a temática e demais regras e disposições da licitação na Administração Pública Federal, bem como as orientações da UniPRF e/ou da SPRF/SC.

23. A UniPRF, a SPRF/SC e/ou o(a) Leiloeiro(a) Oficial poderão impedir o acesso, ou determinar a retirada de pessoas ou veículos que estejam em desacordo com as normas de segurança institucional, de trânsito, de ordem administrativa ou de preservação do patrimônio público.

24. A fim de esclarecer eventuais dúvidas procedimentais, além de toda a previsão indicada neste documento, esclarecemos que as fases a serem realizadas pelo(a) Leiloeiro(a) Oficial, são as a seguir indicadas, mas não esgotadas, devendo adotar toda e qualquer medida, ainda que não explícita no rol de especificações/descrição dos serviços, possibilitando o correto e completo ciclo de cada certame(leilão) de bens próprios ou de terceiros:

I - **FASE INTERNA**

- Verificar a situação de cada veículo junto ao órgão executivo de trânsito responsável pelo registro, de acordo com a legislação (comunicação de venda, restrição judicial, registro de gravames financeiros) e proceder conforme se segue:
 - a) Caso falte notificação da possibilidade de ir a leilão após prazo legal, o contratado deverá enviar notificação confeccionada pela UniPRF e/ou SPRF/SC ao envolvido.
 - b) No caso de veículos que tenham ocorrência de **comunicação de venda**, o(a) leiloeiro(a) deverá enviar notificação da UniPRF ou da SPRF/SC ao comprador do veículo.
 - c) No caso de **restrição judicial** o(a) leiloeiro(a) enviará ao Juiz que solicitou a restrição ofício produzido pela UniPRF e/ou SPRF/SC.
 - d) No caso de **gravames financeiros** o(a) leiloeiro(a) oficial deverá enviar notificação postal, confeccionada pela UniPRF e/ou SPRF/SC. Poderão ser agrupados em um mesmo documento todos os veículos que contenham gravames em favor do mesmo agente financeiro, sendo válidas as notificações postais por comunicação eletrônica.
- Emitir o **Relatório da Situação Documental dos Veículos**, referente à situação de cada veículo, cujo modelo será oportunamente disponibilizado, informando se está apto a prosseguir o processo de venda, justificando caso não esteja apto.
- Catalogar e registrar os veículos em formulário próprio, conforme modelo a ser disponibilizado.
- Inserir na ficha de vistoria as fotos (ou decalques) do chassi e motor checar se há autenticidade ou indício de fraude ou qualquer anomalia, comunicando à UniPRF ou SPRF/SC, conforme o caso.
 - * A vistoria deve ser elaborada em meio eletrônico, sendo que o arquivo digital deverá estar, a qualquer tempo, disponível para a UniPRF e/ou para a SPRF/SC.
 - * Na impossibilidade de identificação do chassi e/ou motor através de foto, será permitida a identificação por intermédio de decalque.
- a) Inserir na ficha de vistoria fotografias com as seguintes vistas:
 - a 45° mostrando dianteira e uma lateral;
 - a 45° mostrando traseira e a lateral oposta;

b) Informar na ficha a situação do veículo:

- Sistema de elétrico (iluminação, sinalização)
- Sistema mecânico
- Lataria
- Equipamentos obrigatórios
- Vidros
- Acessórios (roda, som, alarme, multimídia, outros)

c) Informar restrições judiciais e extra-judiciais.

d) Informar na ficha o profissional responsável pela confecção do mesmo, juntamente com sua assinatura (podendo ser assinatura digital).

e) Os veículos vistoriados anteriormente, há mais de 180 dias, deverão ser vistoriados novamente.

- Fazer avaliação financeira dos bens a serem leiloados em planilha, obedecendo a legislação vigente, compor os lotes conforme a melhor técnica e determinar preços mínimos para o arremate.
- Auxiliar na elaboração do Edital do leilão, certificando-se de constar todos os dados necessários.

* O Edital deverá obedecer o modelo enviado pela UniPRF e/ou SPRF/SC, conforme a legislação vigente.

- Enviar à UniPRF e/ou SPRF/SC, o **Relatório de Vistoria dos Veículos**, referente a situação dos veículos aptos a leilão e minuta do edital, para análise, sempre de forma eletrônica e, excepcionalmente, por meio físico, se solicitado pela Contratante.

- Providenciar a publicidade do edital de leilão, após aprovação da UniPRF e/ou SPRF/SC, conforme se segue:

a) Imprensa escrita (em jornal de grande circulação no Estado ou na região em que ocorrerá o leilão – Resolução CONTRAN Nº 623/2016, Art. 20, Inc. I, Item “b”).

b) Sítio eletrônico na Internet.

c) Faixas para serem colocadas em pontos estratégicos como nas proximidades dos postos PRF, sede da UniPRF e da SPRF/SC, conforme o caso.

* O leiloeiro deverá afixar faixa(s) nas localidades onde houver uma concentração superior a 25 veículos e/ou no lugar cujo somatório da avaliação dos veículos seja igual ou superior a R\$ 25.000,00. Nos locais que não atingirem este volume, o Leiloeiro deverá providenciar a divulgação pelo meio que entender mais adequado.

d) Panfletos - O leiloeiro Oficial deverá providenciar no mínimo 100 (cem) panfletos para localidades onde houver uma concentração superior a 25 veículos e/ou no lugar cujo somatório da avaliação dos veículos seja igual ou superior a R\$ 25.000,00. Nos locais que não atingirem este volume, o Leiloeiro deverá providenciar a divulgação pelo meio que entender mais adequado.

e) Submeter todo material publicitário do leilão para análise da Comissão de Leilão, para aprovação.

f) As despesas de publicação serão custeadas pelo contratado, exceto as de responsabilidade da contratante, elencadas abaixo:

- I - Publicação no Diário Oficial da União – D.O.U.;
- II - Publicação no site da PRF;

g) Enviar cópia das publicações de editais à Comissão de Leilão logo após sua publicação.

h) Enviar a publicidade realizada para os locais indicados pela PRF.

- Conferir o cadastro virtual dos interessados em participar do leilão com a documentação física autenticada.

* A documentação a ser exigida pelo Leiloeiro Oficial para participação nos certames se fará de acordo com a legislação e o tipo de bem a ser leiloados (Ex. sucata - condições específicas para a participação do leilão e as restrições legais - Resolução 623/2016, Art. 19, §1º, Inc. III, item “c” e “d”, e demais pertinentes, devido se tratar de bens próprios).

- Identificar visualmente os lotes para o leilão nos locais onde se encontram depositados, de modo claro, de forma a possibilitar o perfeito discernimento por parte dos interessados.
- Entregar o ofício, emitido pela UniPRF ou SPRF/SC, **junto aos órgãos e entidades de trânsito** (em qualquer UF do país) no qual o veículo é registrado solicitando registrar no sistema RENAVALAM a indicação de que o veículo será levado a leilão.
- Efetuar nova consulta de cada veículo verificando eventual restrição judicial;

* No caso de restrição, o(a) Leiloeiro(a) Oficial deverá comunicar à UniPRF ou à SPRF/SC, e retirar o veículo do certame.

- O(A) Leiloeiro(a) oficial deverá informar previamente qualquer fato que possa impactar nas atividades relativas ao processo licitatório, bem como o planejamento da distribuição do material publicitário.

II - **FASE EXTERNA**

- Conduzir a sessão pública do leilão.

III - **FINALIZAÇÃO**

- Elaborar **ata da realização do leilão** em até 24 horas após o leilão. Enviar a mesma, à UniPRF ou à SPRF/SC.
- Receber dos arrematantes os pagamentos referentes aos lotes arrematados. Emitir Nota de Arremate, comprovando o pagamento por parte dos arrematantes para a retirada os lotes arrematados.
- Entrega e acompanhamento de ofício emitido pela PRF, **junto aos órgãos e entidades de trânsito** (em qualquer UF do país) que tenha relação com veículo leiloado informando que o mesmo foi vendido na condição de **sucata** e solicita a **baixa definitiva**.
- Entrega e acompanhamento de ofício emitido pela PRF, **junto aos órgãos e entidades de trânsito** (em qualquer UF do país) que tenha relação com veículo leiloado com **direito a documentação**.

a) O ofício mencionado comunicará a realização do leilão e solicitará ao órgão ou entidade executivo de trânsito a **desvinculação dos débitos** e demais ônus incidentes sobre o prontuário do veículo leiloado existentes até a data do leilão e não quitados com os recursos obtidos na alienação, conforme legislação vigente.

b) Caso os prazos não sejam atendidos pelos órgãos ou entidades de trânsito, o Leiloeiro oficial deverá reunir comprovantes e protocolos da intenção de desembaraçar a documentação, bem como registrar as iniciativas tomadas para atingir o objetivo e encaminhar a PRF.

- Entregar e acompanhar ofício emitido pela UniPRF ou SPRF/SC **junto ao Sistema Nacional de Gravame - SNG**, o qual informa a **alienação do veículo**.
- Proceder a **inutilização dos itens de identificação dos veículos** leiloados na condição de **sucata**, inutilizando a identificação gravada no chassi que contém o registro VIN e suas placas. A destruição deverá ocorrer após o leilão e antes da entrega.

a) Registrar a inutilização dos itens de identificação dos veículos em formulário próprio, conforme modelo Anexo I.I do TR - Termo de Inutilização dos itens de identificação veicular.

b) Inserir o registro fotográfico de todas as inutilizações

c) Informar no termo o profissional responsável pela inutilização e confecção do mesmo, juntamente com sua assinatura (podendo ser assinatura digital).

- Após desvinculação, informar ao arrematante que o veículo encontra-se livre e desembaraçado de quaisquer ônus, ficando o arrematante responsável pela regularização e transferência de propriedade perante o órgão ou entidade executivo de trânsito detentor de seu registro, no prazo previsto em lei.
- Efetuar o levantamento dos débitos (Art. 13 do Decreto 623/2016) atualizados de cada veículo leiloado, em planilha:

I - restrição judicial ou policial;

II - registro de gravames financeiros;

III - débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais, identificando os respectivos credores.

- Confeccionar a **Planilha da Previsão de Rateio**, com a previsão de rateio do valor arrecadado

no leilão, discriminando os valores a serem quitados referentes a cada veículo leilado, obedecendo à ordem de prevalência estabelecida na legislação em vigor. Encaminhar à UniPRF ou SPRF/SC para a aprovação.

- Apresentar a **prestação de contas parcial** com:

- a) Nota de Arremate.
- b) Planilha referente com o levantamento dos débitos de cada veículos leiloados.
- c) Planilha da Previsão de Rateio.
- d) Ata de eventual retificação da ata original.
- e) **Relatório geral** de venda com os fatos ocorridos da sessão pública até o momento.
- f) Cópias dos documentos dos arrematantes (identidades, CPF e comprovantes de residência dos arrematantes, ou cópia dos contratos sociais de empresas bem como procuração específica para indivíduos que representem estas empresas, caso não sejam os proprietários legais.
- g) Demais documentos pertinentes aos procedimentos do leilão.

- Aguardar aprovação da prestação de contas.
- Após aprovação e orientação da UniPRF ou da SPRF/SC, efetuar o pagamento dos débitos referentes a cada veículo leilado obedecendo à ordem de prevalência analisada e autorizada.
- Recolher à UniPRF e/ou SPRF/SC, por meio de GRU, após o pagamento de todas as despesas, o valor remanescente.

- a) Enviar comprovante à UniPRF e/ou SPRF/SC.

- Apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da determinação da UniPRF ou da SPRF/SC, a **prestação de contas final**, com todos os comprovantes, recibos e documentos relativos aos procedimentos adotados após a prestação de contas parcial, Nota de Arremate, elaborar relatório e/ou demais formulários e documentos necessários à perfeita conclusão do procedimento do leilão que presidiu.

25. Anexos ao Termo de Referência, referidos nesta ESPECIFICAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, a auxiliar a execução dos serviços contratados:

- a) Anexo I.A do TR - Estudo Técnico Preliminar (apêndice do TR) (SEI 73418860)
- b) Anexo I.B do TR - Especificações dos Serviços (SEI 73418371)
- c) Anexo I.C do TR - Declaração de Vistoria/Renúncia (SEI 73418460)
- d) Anexo I.D do TR - Modelo de ordem de serviço (SEI 73419183)
- e) Anexo I.E do TR - Modelos de declarações (SEI 73419462)
- f) Anexo I.F do TR - Situação documental do veículo (SEI 73419905)
- g) Anexo I.G do TR - Ficha de vistoria veicular para leilão (SEI 73420000)
- h) Anexo I.H do TR - Termo de inutilização itens de identificação (SEI 73420101)
- i) Anexo I.I do TR - Planilha de débitos e previsão (SEI 73420203)
- j) Anexo I.J do TR - Modelo Prestação de Contas Parcial (SEI 73420298)
- k) Anexo I.K do TR - Modelo de Planilha para Prestação de Contas Final (SEI 73420343)
- l) Anexo I.L do TR - Modelo de Relatório de Notificações Enviadas (SEI 73420649)
- m) Anexo I.M do TR - Modelo de Relatório de cadastro dos arrematantes (SEI 73420751)
- n) Anexo I.N do TR - Índice de Medição de Resultados (SEI 73420815)
- o) Anexo I.O do TR - Quitação de débitos dos veículos (SEI 73420897)
- p) Anexo I.P do TR - Cronograma dos serviços a serem executados (SEI 73423743)
- q) Anexo I.Q do TR - Termo de sigilo e responsabilidade (SEI 73423836)
- r) Anexo I.R do TR - Tabela de penalidades (SEI 73423995)
- s) Anexo I.S do TR - Mensuração de ocorrências para aplicação de penalidades (SEI 73424093)

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL FIDELIS NARVAES NETO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/05/2026, às 21:29, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO DA CUNHA FREIRE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 20/05/2026, às 08:21, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **73418371** e o código CRC **5FF64DE1**.



Referência: Processo nº 08812.001405/2026-60



SEI nº 73418371



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I.C DO TERMO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU DE RENÚNCIA DE VISTORIA

(emitir em papel timbrado da empresa interessada)

O(a) Leiloeiro(a) Oficial, Sr.(a) _____, inscrito(a) no
CPF/CNPJ sob o nº _____, sediado(a) na
_____, representada
pelo Sr (a). _____, portador(a) da Carteira de
Identidade nº _____/SSP - _____, abaixo assinado(a), **DECLARA**, em cumprimento
ao disposto no Termo de Referência do EDITAL, que **REALIZOU VISTORIA** e que conhece as
condições locais para execução do objeto(dependências da Sede da UniPRF e da SPRF/SC), tendo pleno
conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, e recebeu as informações
pertinentes, estando de acordo com as disposições do Edital, assumindo total responsabilidade por este
fato e não utilizará como argumento, para quaisquer questionamentos futuros, que ensejam avenças
técnicas ou financeiras com a UniPRF e/ou SPRF/SC.

Local/UF, __ de _____ de 202__.

(assinatura ou rubrica do representante legal do licitante)

OU

O(a) Leiloeiro(a) Oficial, Sr.(a) _____, inscrito(a) no
CPF/CNPJ sob o nº _____, sediado(a) na
_____, representada
pelo Sr (a). _____, portador(a) da Carteira de
Identidade nº _____/SSP - _____, abaixo assinado(a), **DECLARA**, em cumprimento
ao disposto no Referência do EDITAL, que **RENUNCIOU AO DIREITO DE REALIZAR
VISTORIA** e que conhece as condições locais para execução do objeto(dependências da Sede da UniPRF
e da SPRF/SC), tendo pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do
trabalho, e recebeu as informações pertinentes, estando de acordo com as disposições do Edital,
assumindo total responsabilidade por este fato e não utilizará como argumento, para quaisquer
questionamentos futuros, que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a UniPRF e/ou SPRF/SC.

Local/UF, __ de _____ de 202__.

(assinatura ou rubrica do representante legal do licitante)

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL FIDELIS NARVAES NETO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/05/2026, às 20:56, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO DA CUNHA FREIRE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 20/05/2026, às 08:21, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **73418460** e o código CRC **ED84C338**.



Referência: Processo nº 08812.001405/2026-60



SEI nº 73418460



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I.D DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

1.(ÓRGÃO CONTRATANTE)....., “**DETERMINA**”, a partir do dia “do **recebimento desta Ordem de Serviço**”, ao(à) **LEILOEIRO(A)** inscrito(a) na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob a matrícula nº, CPF nº, sediado(a) na – CEP.:, doravante designada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo de nº, nos termos da legislação vigente e em atendimento às exigências estabelecidas, e ainda conforme Contrato Administrativo nº...../202__ e Edital nº/202__, a:

1.1. “**DAR INÍCIO À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS DE LEILÃO:**

() DE VEÍCULOS PRÓPRIOS

() DE BENS DIVERSOS PRÓPRIOS

1.2. O serviços serão praticados conforme estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar da Contratação, Termo de Referência e seus anexos, e na legislação pertinente.

1.3. Dos veículos a serem leiloados e respectivas localidades:

TOMBAMENTO	Veículo				Pátio/Localidade
	Placa	Marca	Modelo	Chassi	

1.4. Dos materiais a serem leiloados e respectivas localidades:

TOMBAMENTO	Tipo de material	Marca	Modelo	Descrição	Pátio/Localidade

Florianópolis(SC), de de 202__.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL FIDELIS NARVAES NETO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/05/2026, às 20:57, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO DA CUNHA FREIRE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 20/05/2026, às 08:21, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **73419183** e o código CRC **F9BFFD38**.



Referência: Processo nº 08812.001405/2026-60



SEI nº 73419183



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I.E DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE DECLARAÇÕES

O(A) Leiloeiro(a) portador(a) da Carteira de Identidade nº expedida pela (o), e CPF nº, Registro na JUCESC nº, sediado(a) na em, para fins de participação no credenciamento do EDITAL, oriundo do processo nº, apresenta as seguintes declarações:

1. **Declaro** cumprir as prescrições/especificações do Edital, seu Termo de Referência e demais Anexos, quanto à **disponibilização de escritório** nas seguintes condições:

- a) Estar localizado no Estado de Santa Catarina.
- b) Possuir uma sala, para funcionamento da área administrativa, com espaço destinado ao atendimento ao usuário e banheiros.
- c) Estar com situação regular junto à Prefeitura Municipal e outros órgãos competentes
- d) Possui funcionários (regularizados junto aos outros órgãos governamentais) para auxiliar as atividades administrativas.
- e) (Caso a licitante já disponha de escritório deverá declarar a manutenção do escritório).

2. **Declaro** cumprir as prescrições/especificações do Edital, seu Termo de Referência e demais Anexos, quanto a disponibilização de **materiais, equipamentos e utensílios necessários** e promovendo sua substituição quando for preciso: (lista exemplificativa, a ser alterada conforme o caso)

- a) Computador, impressora e scanner.
- b) Máquina copiadora (ou scanner com igual funcionalidade)
- c) Telefone fixo.
- d) Máquina fotográfica digital.

3. **Declaro** cumprir as prescrições/especificações do Edital, seu Termo de Referência e demais Anexos, principalmente quanto à apresentação de **plataforma virtual**, disponibilizada via Web e dotada dos seguintes requisitos:

- a) Conexão segura e criptografada (Averiguação através da análise das soluções implementadas).
- b) Disponibilidade e velocidade de respostas compatíveis com a utilização em “tempo real”, com registro de falhas e interrupções no período do leilão. (disponibilização de relatórios reportando a disponibilidade da plataforma)
- c) Armazenamento dos dados de forma redundante, de modo a maximizar a confiabilidade do serviço e disponibilidade dos dados. (declaração da implementação de solução da redundância dos dados)
- d) Registro dos usuários de forma autônoma e pessoal com registro dos dados

necessários com total identificação, garantindo a segurança do acesso e o armazenamento das informações de modo a evitar o uso indevido da plataforma (declaração de garantia da segurança do acesso e do armazenamento, análise das soluções implementadas)

e) Registro de todas as ações de forma segura e inalterável (Envio de relatório de todas as ações realizadas no leilão)

f) Proteção contra ataques cibernéticos que gerem risco a execução do leilão e aos dados registrados (declaração de garantia de proteção dos dados)

g) Acesso à plataforma pela contratante com permissão a todas as funcionalidades e registros do leilão. (disponibilização de usuário e senha).

h) A contratada é responsável pela segurança da informação, de forma a evitar acessos não autorizados e respondendo por qualquer dano causado a contratante e a terceiros.

4. **Declaro** que tenho ciência da circunscrição da UniPRF e da SPRF/SC que abrange todo Estado de Santa Catarina, onde estarão localizados os veículos/materiais a serem leiloados e onde deverei prestar alguns serviços referentes a execução do contrato, como identificação dos lotes, publicidade, etc. Tenho pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho e assumo total responsabilidade por este fato, sendo que não utilizarei deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este órgão.

5. **Declaro** que estou ciente que a comprovação da disponibilização do escritório, equipamento e materiais, bem como da plataforma virtual será realizada na assinatura do contrato.

6. **Declaro** que tenho plena ciência de que toda a sua remuneração será de responsabilidade exclusiva do arrematante, quando houver.

Dados do responsável:

Nome completo:

Telefone/Fax:

Endereço eletrônico (e-mail):

Local(UF), ____ de ____ de 20__.

Nome, RG/CPF e assinatura do(a) Leiloeiro(a)

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL FIDELIS NARVAES NETO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/05/2026, às 20:57, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO DA CUNHA FREIRE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 20/05/2026, às 08:21, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **73419462** e o código CRC **C610F716**.



Referência: Processo nº 08812.001405/2026-60



SEI nº 73419462



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I.F DO TERMO DE REFERÊNCIA

RELATÓRIO - SITUAÇÃO DOCUMENTAL DOS VEÍCULOS

PLANILHA DA SITUAÇÃO DOCUMENTAL DOS VEÍCULOS(PARA QUALQUER FASE CERTAME)										
Veículo				Localidade	Órgãos e Proprietário anterior a doação para UniPRF ou SPRF/SC já notificados (informar tipo de notificação: Notif. por AR, etc.)	Está sendo notificado				Situação do veículo : APTO ou NÃO APTO
Placa	Marca	Modelo	Chassi			Notificação ao proprietário anterior à doação à UniPRf ou SPRF/SC	Notificação ao comprador no caso de comunicação de venda	Notificação ao Juiz no caso de Restrição Judicial	Notificação ao Agente Financeiro na caso de Gravames Financeiros	

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL FIDELIS NARVAES NETO**, **Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/05/2026, às 20:58, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO DA CUNHA FREIRE**, **Policial Rodoviário(a) Federal**, em 20/05/2026, às 08:22, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **73419905** e o código CRC **6256A483**.



Referência: Processo nº 08812.001405/2026-60



SEI nº 73419905



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I.G DO TERMO DE REFERÊNCIA

FICHA DE VISTORIA VEICULAR PARA LEILÃO

FICHA DE VISTORIA VEICULAR PARA LEILÃO			NÚMERO DO LOTE:	
			DATA DA VISTORIA:	
DADOS DO VEÍCULO				
PLACA:	UF:	MARCA/MODELO:		
RESTRIÇÕES JUDICIAIS E EXTRA-JUDICIAIS (MARCAR COM "X" SE HOVER)				
	RESTRIÇÃO JUDICIAL			RESTRIÇÃO EXTRA-JUDICIAL
TOTAL DE DÉBITOS DO VEÍCULO	R\$			
ALTERAÇÕES ENCONTRADAS NA VISTORIA (CARACTERÍSTICA, COR, ETC.) EM RELAÇÃO AO CADASTRO NO DETRAN				
OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS				
OBSERVAÇÕES SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO				
LOCALIZAÇÃO DO VEÍCULO				
UniPRF		SPRF/SC	UOP RESPONSÁVEL	
Endereço:				
Município/UF:				
Telefone:				
CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO ESTADO DO VEÍCULO				
	RECUPERÁVEL			SUCATA
DECALQUE DO CHASSI			DECALQUE DO MOTOR	

FOTO DO NÚMERO DO CHASSI (VIN)		FOTO DO NÚMERO DO MOTOR	
FOTO FRONTAL		LATERAL(foto em 45°)	
FOTO TRASEIRA		LATERAL OPOSTA (foto em 45°)	
RESPONSÁVEL	MATRÍCULA/CPF	ASSINATURA	

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL FIDELIS NARVAES NETO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/05/2026, às 20:59, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO DA CUNHA FREIRE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 20/05/2026, às 08:22, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **73420000** e o código CRC **F4DA90DF**.



Referência: Processo nº 08812.001405/2026-60



SEI nº 73420000



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I.H DO TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE INUTILIZAÇÃO DOS ITENS DE IDENTIFICAÇÃO VEICULAR

TERMO DE INUTILIZAÇÃO DOS ITENS DE IDENTIFICAÇÃO VEICULAR			NÚMERO DO LOTE:	
			DATA DA INUTILIZAÇÃO:	
DADOS DO VEÍCULO				
PLACA:	UF:	MARCA/MODELO:		
LOCALIZAÇÃO DO VEÍCULO				
UniPRF		SPRF/SC		UOP RESPONSÁVEL
Nome		Município		
FOTO DA INUTILIZAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO GRAVADA NO CHASSI (VIN)				
<div>Insira o Arquivo da Foto</div>				
FOTO DA INUTILIZAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO GRAVADA NAS PLACAS (colocar as duas placas na mesma foto)				

Insira o Arquivo da Foto

RESPONSÁVEL	MATRÍCULA/CPF	ASSINATURA

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL FIDELIS NARVAES NETO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/05/2026, às 20:59, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO DA CUNHA FREIRE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 20/05/2026, às 08:22, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **73420101** e o código CRC **472358FA**.



Referência: Processo nº 08812.001405/2026-60



SEI nº 73420101



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I.I DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE PLANILHA DOS DÉBITOS DOS VEÍCULOS/MATERIAIS E PREVISÃO DE RATEIO

PLANILHA DOS DÉBITOS DOS VEÍCULOS E MATERIAIS E PREVISÃO DE RATEIO												
LOTE	VEÍCULOS				Valor lance mínimo	Valor de Arremate	DÉBITOS (PREENCHER ATÉ O LIMITE DO VALOR ARRECADADO)					
	PLACA/TIPO	MARCA	MODELO	CHASSI/DESCRIÇÃO			Ressarcimento com o procedimento licitatório	Remoção e estadia	Tributos	Taxas de licenciamento	IPVA	Credores trabalhistas, tributários e titulares de crédito com garantia real
					R\$	R\$						
					R\$	R\$						
					R\$	R\$						
					R\$	R\$						
					R\$	R\$						
					R\$	R\$						
					R\$	R\$						
					R\$	R\$						
					R\$	R\$						
					R\$	R\$						

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL FIDELIS NARVAES NETO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/05/2026, às 21:00, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO DA CUNHA FREIRE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 20/05/2026, às 08:22, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **73420203** e o código CRC **D7FCE669**.



Referência: Processo nº 08812.001405/2026-60



SEI nº 73420203



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I.J DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE PLANILHA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL

PLANILHA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL													
LOTE	VEÍCULOS/MATERIAIS				Cópia dos documentos dos arrematantes	Nota de Arremate	NF pártios	Planilha débitos dos veículos	Planilha da Previsão de Rateio	Ata de eventual retificação da ata original	Relatório geral de venda	Comunicação ao arrematante do desembaraço	Comprovant de comunicações ao arrematante
	PLACA/TIPO	MARCA	MODELO	CHASSI/DESCRIÇÃO									

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL FIDELIS NARVAES NETO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/05/2026, às 21:01, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO DA CUNHA FREIRE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 20/05/2026, às 08:22, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **73420298** e o código CRC **9D24BDDb**.



Referência: Processo nº 08812.001405/2026-60



SEI nº 73420298



MODELO DE PLANILHA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL FIDELIS NARVAES NETO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/05/2026, às 21:01, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO DA CUNHA FREIRE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 20/05/2026, às 08:23, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **73420343** e o código CRC **E4F9284C**.



Referência: Processo nº 08812.001405/2026-60



SEI n° 73420343



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I.L DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE RELATÓRIO DAS NOTIFICAÇÃO ENVIADAS

Nº do Ofício	Destinatário	Data de Envio	Data de Recebimento	Código de Rastreamento

* Apresentar junto ao Relatório os Avisos de Recebimento - ARs em PDF

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL FIDELIS NARVAES NETO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/05/2026, às 21:02, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO DA CUNHA FREIRE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 20/05/2026, às 08:23, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **73420649** e o código CRC **390D8725**.



Referência: Processo nº 08812.001405/2026-60



SEI nº 73420649



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I.M DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE RELATÓRIO DE CADASTRO DOS ARREMATANTES

CADASTRO DOS ARREMATANTES

LEILÃO Nº XX/202__

DATA:

Em caso de pessoa física:

NOME COMPLETO	LOGRADOURO						RG	CPF	E-mail	TELEFONE	TERMO DE COMPROMISSO
	Rua/Av.	Bairro	Número	Cidade	UF	CEP					

Em caso de pessoa jurídica, conforme Lei nº 12.977, de 20 maio de 2014:

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA	LOGRADOURO						CNPJ	E-MAIL	TELEFONE	ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO	DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO EMITIDO PELO DETRAN, PARA AQUISIÇÃO DE SUCATA	TERMO DE COMPROMISSO
	Rua/Av.	Bairro	Número	Cidade	UF	CEP						

PLANILHA COM DETALHAMENTO E DESCRIÇÃO DE DADOS DO LEILÃO

Placa/Tipo	Chassi/Descrição	Nome do arrematante	CPF/CNPJ	Logradouro						E-mail	Telefone	A: Valor pago em GRU (R\$)	B: Valor pago para o Leiloeiro (R\$)	(A+B): Valor Total da arrematação (R\$)
				Rua/Av	Bairro	Número	Cidade	UF	CEP					

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL FIDELIS NARVAES NETO**, **Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/05/2026, às 21:03, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO DA CUNHA FREIRE**, **Policial Rodoviário(a) Federal**, em 20/05/2026, às 08:23, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **73420751** e o código CRC **8F7BC757**.



Referência: Processo nº 08812.001405/2026-60



SEI nº 73420751



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I.N DO TERMO DE REFERÊNCIA

ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

Indicadores de Desempenho	Descrição	Exemplo de inconformidade	Margem de tolerância	Aplicação de penalidade	
				Multa	Rescisão contratual
Quanto ao Funcionamento do Escritório	Este indicador visa aferir se o escritório está em funcionamento, nos dias úteis, no horário de comercial, para entrega de documentos, atendimento aos arrematantes para tratar de assuntos relacionados ao certame, bem como à UniPRF e/ou SPRF/SC	Escritório fechado ou sem funcionamento	Até 6 ocorrências por leilão	De 7 a 20 ocorrências por leilão - 0,5%	21 ou mais ocorrências
Quanto a manutenção das condições de habilitação	Este indicador visa aferir se o(a) Leiloeiro(a) está mantendo as condições de habilitação, conforme cláusulas do edital.	Documentação jurídica inválida; Documentação fiscal inválida, Documentação trabalhista inválida, Irregularidade do escritório junto a prefeitura, Inconformidade dos materiais, equipamentos do escritório, etc	---	Após prazo de 5 dias úteis da notificação para regularização - 0,1%	Acima de 20 dias úteis de atraso
Quanto a disponibilização de documentos	Este indicador visa aferir se o Leiloeiro está disponibilizando a documentação conforme solicitado pela UniPRF e/ou SPRF/SC	Atraso na entrega de documentos solicitados pela UniPRF e/ou SPRF/SC	3 dias úteis além do prazo estipulado de resposta	Após prazo de 3 dias úteis da notificação para resposta - 0,5%	Acima de 30 dias úteis de atraso
Plataforma	Este indicador visa aferir se a plataforma virtual está em conformidade com as	Detalhamento impreciso e/ou com erro na descrição do veículo. Fotografias com resolução fora do padrão estabelecido. Laudo de vistoria fora do padrão estabelecido, etc.	Até 3 ocorrências	De 8 a 15 ocorrências - 0,1% De 15 a 30 ocorrências - 0,2%	Acima de 30 ocorrências

Virtual	previsões do Edital e legislação vigente.	Ausência de requisito mínimo previsto no edital para o site	---	Ausência de requisitos essenciais - 1%	Acima de 5 ocorrências
		Retirada dos leilões realizados do site antes de 60 dias. Ausência de documentos importantes (como edital), etc.	1 dia útil para restabelecimento por ocorrência	De 2 a 5 dias úteis - 0,5% De 6 a 15 dias úteis - 1% De 16 a 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 5 ocorrências de mais de 31 dias úteis
		Atraso na entrega do relatório da Situação documental dos Veículos	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso
		Atraso no envio do Relatório de Vistoria dos Veículos, Atraso no envio da ficha de avaliação financeira, Atraso no envio da minuta do edital, para análise	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso
		Submeter material publicitário à análise da Comissão de Leilão	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso
		Enviar publicação a UniPRF e/ou SPRF/SC	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso
		Enviar material publicitário aprovado para os locais indicados pela UniPRF e/ou SPRF/SC	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso
		Identificar visualmente os lotes	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso

Execução das fases em dias

Este indicador visa aferir se as etapas do certame estão sendo cumpridas. As etapas do certame serão verificadas através da entrega das planilhas e relatórios, conforme cronograma item. Não computam nesse prazo aqueles serviços que não dependem do(a) Leiloeiro(a), desde que demonstradas as providências do(a) Leiloeiro(a) junto a órgãos/terceiros objetivando alcançar o intento.

Recibo dos ofícios emitidos pela UniPRF e/ou SPRF/SC junto aos órgãos e entidades de trânsito - registrar no sistema RENAVAM a indicação de que o veículo será levado a leilão	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 531 dias úteis de atraso
Comprovante da nova consulta dos veículos verificando eventual restrição judicial. No caso de restrição o(a) Leiloeiro(a) Oficial deverá comunicar à UniPRF e/ou SPRF/SC e retirar o veículo do certame.	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso
Enviar ata da realização do leilão à UniPRF e/ou SPRF/SC	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso
Entrega de comprovantes e protocolos do desembaraço da documentação junto aos órgãos de trânsito	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso
Comprovante da nova consulta dos veículos verificando eventual restrição judicial. No caso de restrição o(a) Leiloeiro(a) Oficial deverá comunicar à Comissão de Leilão e retirar o veículo do certame.	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso

<p>Apresentar Prestação de Contas Parcial com: Cópias dos documentos dos arrematantes e Notas de Arrematação, Planilha débitos dos veículos, Planilha da Previsão de Rateio, Ata de eventual retificação da ata original; Relatório geral de venda, Comunicação ao arrematante do desembaraço, Comprovante de comunicação ao arrematante, Demais documentos pertinentes ao leilão</p>	<p>1 dia útil além do prazo estipulado de resposta</p>	<p>Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%</p>	<p>Acima de 31 dias úteis de atraso</p>
<p>Prestação de Contas Final, apresentando: Relatório Final, Pagamento dos débitos referentes a cada veículo leilado, Recolhimento do valor remanescente a UniPRF e/ou SPRF/SC, Demais documentos pertinentes ao leilão</p>	<p>1 dia útil além do prazo estipulado de resposta</p>	<p>Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%</p>	<p>Acima de 31 dias úteis de atraso</p>

Veracidade dos relatórios	<p>Este indicador visa aferir a eficácia das planilhas e relatórios de forma a manter a transparência que o serviço público exige. Caracteriza-se por falhas sensíveis, que colocam em risco a qualidade dos serviços e atendimento as demandas informativas e esclarecimentos levantados pelo órgão</p>	<p>Inconformidade de dados das planilhas Inconformidade das datas de emissão de relatórios junto aos órgãos executivos de trânsito, Inconformidade das vistorias, Inconformidade das avaliações financeiras, Inconformidade dos meios de publicidade, Inconformidade de dados utilizados em correspondências, e demais inconformidades do gênero, não expressas neste documento</p>	5 ocorrências por leilão	<p>De 11 a 20 itens com erro - 0,2% De 11 a 20 itens com erro - 0,25% De 21 a 30 itens com erro - 0,5%</p>	Acima de 30 itens
Atendimento ao usuário	<p>Este indicador trata da avaliação dos serviços e do desempenho do(a) Leiloeiro(a) junto ao público em geral, tanto arrematantes quanto eventuais interessados da sociedade em obter informações. Engloba, também, o atendimento as previsões do Edital, passando pela prestação, atenção cortesia e clareza no tratamento ao público, chegando até a transparência dos valores cobrados, serviços prestados e solução de reclamações. No caso de eventual contenda com o(a) Leiloeiro(a) esta deverá ser registrada junto a UniPRF e/ou SPRF/SC.</p>	<p>Reclamação quanto a falta de informação, Reclamação quanto a informação errada, Reclamação quanto a prestação, atenção cortesia e clareza no tratamento ao público, Reclamação quanto a transparência dos valores cobrados, Reclamação quanto a solução de reclamações, Ausência de registro na UniPRF e/ou SPRF/SC dos impasses não resolvidos com terceiros, etc.</p>	10 ocorrências por leilão	<p>De 11 a 15 ocorrências - 0,5% De 16 a 20 ocorrências - 0,1% De 21 a 30 ocorrências - 1,5%</p>	Acima de 30 ocorrências

Comunicação com o Leiloeiro	Este indicador visa aferir a eficácia dos meios de comunicação do(a) Leiloeiro(a) (telefone fixo com retorno das ligações) para que os arrematantes e/ou eventuais interessados da sociedade possam obter informações necessárias	Não conseguir contato telefônico no escritório, Auxiliar de escritório prestar informação errada, Leiloeiro(a) não retorna as ligações recebidas pelo auxiliar de escritório, etc.	10 ocorrências por leilão	De 11 a 15 ocorrências - 0,5% De 16 a 20 ocorrências - 0,1% De 21 a 30 ocorrências - 1,5%	Acima de 30 ocorrências
Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos, não previstos neste item.	-	-	-	De 1 a 10 ocorrências - 0,25% De 11 a 15 ocorrências - 0,5% De 16 a 20 ocorrências - 0,1% De 21 a 30 ocorrências - 1,5%	Acima de 15 ocorrências

O valor calculado da multa incidirá na fase do leilão (fase conservável, sucata, sucata ferroso), sobre o valor total dos arremates.

Rescisão contratual:

Verificada a incapacidade da contratada em sanar ou verificada a existência de dano direto ou indireto à UniPRF e/ou SPRF/SC, conforme infrações descritas na tabela acima estará sujeita a rescisão contratual, impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, por falhar na execução do contrato, pelo prazo de 01 (um) ano.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL FIDELIS NARVAES NETO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/05/2026, às 21:04, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO DA CUNHA FREIRE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 20/05/2026, às 08:23, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **73420815** e o código CRC **1723F8EB**.



Referência: Processo nº 08812.001405/2026-60



SEI nº 73420815



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I.O DO TERMO DE REFERÊNCIA
QUITAÇÃO DE DÉBITOS DE VEÍCULOS

LEILÃO nº XXX/202_____

PLACA	TIPO DE GUIA (DETRAN, SEFAZ, DPRF/MJSP, SEGURADORA, OUTROS...)	CNPJ	DATA DE EMISSÃO DA NOTA	VALOR DA GUIA

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL FIDELIS NARVAES NETO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/05/2026, às 21:04, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO DA CUNHA FREIRE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 20/05/2026, às 08:23, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **73420897** e o código CRC **E676DC20**.



Referência: Processo nº 08812.001405/2026-60



SEI nº 73420897



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I.P DO TERMO DE REFERÊNCIA

CRONOGRAMA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

ETAPA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO NO TR	AÇÕES
		PRAZO	
-	Leiloeiro(a)	05 dias úteis	Verificar situação dos veículos junto ao órgão de trânsito e enviar notificação, caso necessário Emitir “RELATÓRIO - SITUAÇÃO DOCUMENTAL DOS VEÍCULOS”
	UniPRF e/ou SPRF/SC	02 dias úteis	Exclusão de veículo/material com restrição/pendência
	Leiloeiro(a)	10 dias úteis	Catalogar os veículos em formulário próprio – FICHA DE VISTORIA VEICULAR PARA LEILÃO
			Fazer avaliação financeiras de cada lote, em planilha específica, a ser apresentada para a UniPRF e/ou SPRF/SC
			Auxiliar na elaboração do Edital de Leilão
	UniPRF e/ou SPRF/SC	20 dias úteis	Enviar para análise da PRF: FICHA DE VISTORIA VEICULAR PARA LEILÃO, PLANILHA DE AVALIAÇÃO FINANCEIRA DOS LOTES e MINUTA DO EDITAL DE LEILÃO
			Encaminhar processo para análise da Consultoria Jurídica(AGU)
ETAPA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO NO TR	AÇÕES
		PRAZO	
1ª	Leiloeiro(a)	05 dias úteis	Submeter material publicitário à UniPRF e/ou SPRF/SC
	UniPRF e/ou SPRF/SC	-	Aprovação do material publicitário e ajustes no edital, caso haja necessidade
ETAPA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO NO TR	AÇÕES
		PRAZO	
2ª	Leiloeiro(a)	Em até 10 dias úteis após aprovação	Publicar edital e enviar publicações para UniPRF e/ou SPRF/SC Confeccionar e enviar material publicitário aprovado para os locais indicados pela UniPRF e/ou SPRF/SC
	UniPRF e/ou SPRF/SC	15 dias úteis	Conferência de material publicitário e da identificação visual dos lotes

	-	-	Decurso de prazo de publicidade legal
ETAPA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO NO TR	AÇÕES
		PRAZO	
3ª	Leiloeiro(a)	Durante o prazo de publicação do leilão	Conferir o cadastro virtual dos interessados em participar do certame com a documentação física autenticada Entregar expediente emitido pela UniPRF, e/ou SPRF/SC, junto aos órgãos e entidades de trânsito, quanto ao registro de que os bens serão leiloados e entregar o comprovante/protocolo para UniPRF e/ou SPRF/SC
		Até 01 dia útil antes da visitação	Identificar visualmente os lotes
		Dia anterior ao leilão	Efetuar consulta de todos os lotes quanto a possível impedimento
	UniPRF e/ou SPRF/SC	-	Conferir identificação visual dos lotes
ETAPA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO NO TR	AÇÕES
		PRAZO	
4ª	Leiloeiro(a)	01 dia útil	Conduzir a sessão pública do leilão
		05 dias úteis	Resposta à reclamações, pedidos de esclarecimentos e requerimentos de interessados e arrematantes(essa ação poderá ser demandada em qualquer outra etapa do processo de leilão)
		Em até 01 dia último antes do leilão	Elaborar ata de realização do leilão e encaminhar para a UniPRF e/ou SPRF/SC
		04 dias úteis	Receber o pagamento de cada arrematante
	UniPRF e/ou SPRF/SC	03 dias úteis	Analisar a ata de realização do leilão Confeccionar a declaração de arremate Confeccionar ofícios para órgãos de trânsito
ETAPA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO NO TR	AÇÕES
		PRAZO	
5ª	Leiloeiro(a)	15 dias úteis	Entregar, e acompanhar, expediente emitido pela UniPRF, junto aos órgãos e entidades de trânsito de qualquer unidade federativa, que tenha relação com veículo leiloadado, informando que foi vendido na condição de SUCATA e solicitar BAIXA DEFINITIVA, assim como para desvinculação de quaisquer débitos e demais ônus incidentes sobre o prontuário do veículo leiloadado, e ainda junto ao SNG – Sistema Nacional de Gravame Reunir comprovantes e protocolos dos expedientes enviados, assim como registrar as ações adotadas, caso os prazos não sejam atendidos, e apresentar para a UniPRF e/ou SPRF/SC
	UniPRF e/ou SPRF/SC	02 dias úteis	Tratamento, pela UniPRF, e/ou SPRF/SC, dos casos em que a documentação não foi desembaraçada
ETAPA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO NO TR	AÇÕES
		PRAZO	
			Efetuar consulta de todos os lotes quanto a possível impedimento. Caso haja alguma restrição, comunicar a UniPRF e/ou SPRF/SC e retirar veículo/material do certame

6ª	Leiloeiro(a)	10 dias úteis	Informar ao arrematante que o bem não possui qualquer impedimento para que ele proceda a transferência de propriedade, dentro do prazo estabelecido pela legislação de trânsito vigente
			Entregar ao arrematante a Declaração de Arremate elaborada pela UniPRF e/ou SPRF/SC
			Proceder a inutilização dos elementos de identificação do veículo leiloadado como SUCATA
ETAPA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO NO TR	AÇÕES
		PRAZO	
7ª	Leiloeiro(a)	07 dias úteis	Providenciar a emissão da Nota de Arremate
			Efetuar o levantamento de débitos de cada veículo leiloadado, se houver
			Confeccionar Planilha de Débitos e Previsão de Rateio
			Apresentar Prestação de Contas Parcial, conforme indicado no Termo de Referência e seus anexos
	UniPRF e/ou SPRF/SC	05 dias úteis	Analisar e aprovar a Planilha de Débitos e Previsão de Rateio e a Prestação de Contas Parcial
ETAPA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO NO TR	AÇÕES
		PRAZO	
8ª	Leiloeiro(a)	07 dias úteis	Efetuar os pagamentos de débitos de cada veículo arrematado, de acordo com a ordem de prevalência analisada e autorizada
			Recolher à UniPRF e/ou SPRF/SC, os valores remanescentes e encaminhar comprovantes para a UniPRF ou SPRF/SC
			Apresentar Prestação de Contas Final, conforme indicado no Termo de Referência e seus anexos

OUTROS PRAZOS:

I - No que diz respeito à comunicação entre a Contratada e a Contratante, os prazos serão:

- a) - E-MAILS: as respostas às mensagens eletrônicas (e-mails) da Contratante deverão ser feitas pela Contratada em até 1 (um) dia útil após o seu recebimento;
- b) - CHAMADAS TELEFÔNICAS: o retorno das chamadas telefônicas da Comissão Regional de Gestão de Pátios e Leilão, quando a mesma não conseguir contato telefônico imediato ou quando o Leiloeiro não estiver no escritório, deverá ser feito em até 1 (um) dia útil após a respectiva tentativa de contato.

II - Demais prazos de execução dos serviços, não previstos neste cronograma, serão de 2 (dois) dias úteis, passíveis de prorrogação mediante justificativa da Contratada.

III - A análise da(s) justificativa(s) e eventual prorrogação deste prazo ficarão a cargo da UniPRF e/ou SPRF/SC.

SANEAMENTO E ATENDIMENTO DE SOLICITAÇÕES:

- a) Outros prazos para atendimento de solicitações, providências, correções e/ou adequações a requisitos do Edital vide “ANEXO I.O - Índice de Medição e Resultados - I.M.R”.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL FIDELIS NARVAES NETO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/05/2026, às 21:05, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO DA CUNHA FREIRE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 20/05/2026, às 08:24, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **73423743** e o código CRC **B2EC92FC**.



Referência: Processo nº 08812.001405/2026-60



SEI nº 73423743



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I.Q DO TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE SIGILO E RESPONSABILIDADE

Os abaixo assinados, de um lado a Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal - UniPRF e/ou a Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina - SPRF/SC, doravante denominada “CONTRATANTE”, e de outro lado, o Sr(a) leiloeiro(a) Oficial, doravante denominado “CONTRATADO”, têm entre si justa e acertada a celebração do presente TERMO DE SIGILO E RESPONSABILIDADE, por meio do qual o Contratado, em razão da execução de leilão, em virtude do instrumento de contrato firmado, compromete-se a não divulgar, sem autorização formal da Contratante, informações sigilosas de sua propriedade, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O Contratado, em razão da execução do leilão, terá acesso a informações privadas da Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal - UniPRF e/ou da Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina - SPRF/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - Estas informações devem ser tratadas confidencialmente não podendo ser divulgadas a terceiros, exceto quando formalmente autorizados pela Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - As informações envolvidas neste termo são aquelas classificadas pela Contratante, conforme a Política de Segurança da Informação.

CLÁUSULA QUARTA - O Contratado obriga-se a:

- a) Por si e por seus colaboradores, manter o sigilo absoluto das informações, não devendo utilizá-las para fim diverso daquele para o qual lhe foram disponibilizadas.
- b) Instruir os seus colaboradores quanto às melhores práticas aplicáveis a segurança da informação, ministrando-lhes treinamento quanto às condutas que deverão ser adotadas para a manutenção do sigilo da informação.
- c) Não transportar informações para fora do âmbito da Contratante, sem ser expressamente autorizado por esta, ou quando permitido por força deste instrumento.
- d) Não reproduzir, sem anuência da Contratante, parte ou a totalidade da informação classificada, exceto quando autorizado formalmente ou quando for necessário para o desenvolvimento de suas atribuições.
- e) Restituir, assim que solicitado pela Contratante, ou quando concluído o prazo do instrumento firmado, qualquer documento que contenha informação classificada que esteja sob a sua tutela, inclusive notas pessoais, registros e documentos de qualquer natureza que tenham sido utilizados, criados ou mantidos sob seu controle.

CLÁUSULA QUINTA - O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste termo implicará na responsabilidade civil e criminal do Contratado e dos responsáveis pela violação do segredo profissional, sem prejuízo das sanções administrativas contratualmente previstas, dentre elas a rescisão contratual.

CLÁUSULA SEXTA - As obrigações a que alude este instrumento perdurarão durante o vínculo entre o Contratado e a Contratante, e abrangem, além das informações de que o Contratado venha a ter ciência, aquelas que já conhece na presente data.

Local(UF), __ de _____ de 202__.

Carimbo e assinatura do(a) Leiloeiro(a)

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL FIDELIS NARVAES NETO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/05/2026, às 21:07, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO DA CUNHA FREIRE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 20/05/2026, às 08:24, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **73423836** e o código CRC **EF660047**.



Referência: Processo nº 08812.001405/2026-60



SEI nº 73423836



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviária FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I.R DO TERMO DE REFERÊNCIA

TABELA DE PENALIDADES

Indicadores de Desempenho	Descrição	Exemplo de inconformidade	Margem de tolerância	Aplicação de penalidade	
				Multa	Rescisão contratual
Quanto ao Funcionamento do Escritório	Este indicador visa aferir se o escritório está em funcionamento, nos dias úteis, no horário de comercial, para entrega de documentos, atendimento aos arrematantes para tratar de assuntos relacionados ao certame, bem como a UniPRF.	Escritório fechado ou sem funcionamento	Até 6 ocorrências por leilão	De 7 a 20 ocorrências por leilão - 0,5%	21 ou mais ocorrências
Quanto a manutenção das condições de habilitação	Este indicador visa aferir se o(a) Leiloeiro(a) está mantendo as condições de habilitação, conforme cláusulas do edital.	Documentação jurídica inválida; Documentação fiscal inválida, Documentação trabalhista inválida, Irregularidade do escritório junto a prefeitura, Inconformidade dos materiais, equipamentos do escritório, etc	---	Após prazo de 5 dias úteis da notificação para regularização - 0,1%	Acima de 20 dias úteis de atraso
Quanto a disponibilização de documentos	Este indicador visa aferir se o(a) Leiloeiro(a) está disponibilizando a documentação conforme solicitado pela UniPRF	Atraso na entrega de documentos solicitados pela UniPRF e/ou SPRF/SC	3 dias úteis além do prazo estipulado de resposta	Após prazo de 3 dias úteis da notificação para resposta - 0,5%	Acima de 30 dias úteis de atraso

Plataforma Virtual	Este indicador visa aferir se a plataforma virtual está em conformidade com as previsões do Edital e legislação vigente.	Detalhamento impreciso e/ou com erro na descrição do veículo. Fotografias com resolução fora do padrão estabelecido. Laudo de vistoria fora do padrão estabelecido, etc.	Até 3 ocorrências	De 8 a 15 ocorrências - 0,1% De 15 a 30 ocorrências - 0,2%	Acima de 30 ocorrências
		Ausência de requisito mínimo previsto no edital para o site	---	Ausência de requisitos essenciais - 1%	Acima de 5 ocorrências
		Retirada dos leilões realizados do site antes de 60 dias. Ausência de documentos importantes (como edital), etc.	1 dia útil para restabelecimento por ocorrência	De 2 a 5 dias úteis - 0,5% De 6 a 15 dias úteis - 1% De 16 a 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 5 ocorrências de mais de 31 dias úteis
		Atraso na entrega do relatório da Situação documental dos Veículos	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso
		Atraso no envio do Relatório de Vistoria dos Veículos, Atraso no envio da ficha de avaliação financeira, Atraso no envio da minuta do edital, para análise	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso
		Submeter material publicitário à análise da UniPRF	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso
		Enviar publicação a UniPRF	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso
		Enviar material publicitário aprovado para os locais indicados pela UniPRF	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso

Execução das fases em dias

Este indicador visa aferir se as etapas do certame estão sendo cumpridas. As etapas do certame serão verificadas através da entrega das planilhas e relatórios, conforme cronograma item. Não computam nesse prazo aqueles serviços que não dependem do(a) Leiloeiro(a), desde que demonstrada as providências do Leiloeiro junto a órgãos/terceiros objetivando alcançar o intento.

Identificar visualmente os lotes	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso
Recibo dos ofícios emitido pela UniPRF junto aos órgãos e entidades de trânsito - registrar no sistema RENAVAM a indicação de que o veículo será levado a leilão	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso
Comprovante da nova consulta dos veículos verificando eventual restrição judicial. No caso de restrição o(a) Leiloeiro(a) Oficial deverá comunicar à UniPRF e retirar o veículo do certame.	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso
Enviar ata da realização do leilão à UniPRF	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso
Entrega de comprovantes e protocolos do desembaraço da documentação junto aos órgãos de trânsito	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso
Comprovante da nova consulta dos veículos verificando eventual restrição judicial. No caso de restrição o(a) Leiloeiro(a) Oficial deverá comunicar à UniPRF e retirar o veículo do certame.	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%	Acima de 31 dias úteis de atraso

		<p>Apresentar Prestação de Contas Parcial com: Cópias dos documentos dos arrematantes e Notas de Arrematação, Planilha débitos dos veículos, Planilha da Previsão de Rateio, Ata de eventual retificação da ata original; Relatório geral de venda, Comunicação ao arrematante do desembaraço, Comprovante de comunicação ao arrematante, Demais documentos pertinentes ao leilão</p>	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	<p>Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%</p>	Acima de 31 dias úteis de atraso
		<p>Prestação de Contas Final, apresentando: Relatório Final, Pagamento dos pátios e débitos referentes a cada veículo leiloadado, Recolhimento do valor remanescente a UniPRF e/ou SPRF/SC, Notificações, Demais documentos pertinentes ao leilão</p>	1 dia útil além do prazo estipulado de resposta	<p>Até 4 dias úteis - 0,5% Até 15 dias úteis - 1% Até 30 dias úteis - 1,5%</p>	Acima de 31 dias úteis de atraso
Veracidade dos relatórios	<p>Este indicador visa aferir a eficácia das planilhas e relatórios de forma a manter a transparência que o serviço público exige. Caracteriza-se por falhas sensíveis, que colocam em risco a qualidade dos serviços e atendimento as demandas informativas e esclarecimentos levantados pelo órgão</p>	<p>Inconformidade de dados das planilhas Inconformidade das datas de emissão de relatórios junto aos órgãos executivos de trânsito, Inconformidade das vistorias, Inconformidade das avaliações financeiras, Inconformidade dos meios de publicidade, Inconformidade de dados utilizados em correspondências, etc</p>	5 ocorrências por leilão	<p>De 11 a 20 itens com erro - 0,2% De 11 a 20 itens com erro - 0,25% De 21 a 30 itens com erro - 0,5%</p>	Acima de 30 itens

Atendimento ao usuário	Este indicador trata da avaliação dos serviços e do desempenho do(a) Leiloeiro(a) junto ao público em geral, tanto arrematantes quanto eventuais interessados da sociedade em obter informações. Engloba, também, o atendimento as previsões do Edital, passando pela presteza, atenção cortesia e clareza no tratamento ao público, chegando até a transparência dos valores cobrados, serviços prestados e solução de reclamações. No caso de eventual contenda com o(a) Leiloeiro(a) esta deverá ser registrada junto a UniPRF.	Reclamação quanto a falta de informação, Reclamação quanto a informação errada, Reclamação quanto a presteza, atenção cortesia e clareza no tratamento ao público, Reclamação quanto a transparência dos valores cobrados, Reclamação quanto a solução de reclamações, Ausência de registro na UniPRF dos impasses não resolvidos com terceiros, etc.	10 ocorrências por leilão	De 11 a 15 ocorrências - 0,5% De 16 a 20 ocorrências - 0,1% De 21 a 30 ocorrências - 1,5%	Acima de 30 ocorrências
Comunicação com o Leiloeiro	Este indicador visa aferir a eficácia dos meios de comunicação do(a) Leiloeiro(a) (telefone fixo com retorno das ligações) para que os arrematantes e/ou eventuais interessados da sociedade possam obter informações necessárias	Não conseguir contato telefônico no escritório, Auxiliar de escritório prestar informação errada, Leiloeiro não retorna as ligações recebidas pelo auxiliar de escritório, etc.	10 ocorrências por leilão	De 11 a 15 ocorrências - 0,5% De 16 a 20 ocorrências - 0,1% De 21 a 30 ocorrências - 1,5%	Acima de 30 ocorrências
Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos, não previstos neste item.				De 1 a 10 ocorrências - 0,25% De 11 a 15 ocorrências - 0,5% De 16 a 20 ocorrências - 0,1% De 21 a 30 ocorrências - 1,5%	Acima de 15 ocorrências

1. O valor calculado da multa incidirá na fase do leilão (fase conservável, sucata, sucata ferroso), sobre o valor total dos arremates.

2. **Rescisão contratual**

2.1. Verificada a incapacidade da contratada em sanar ou verificada a existência de dano direto ou indireto à UniPRF, conforme infrações descritas na tabela acima, estará sujeita a rescisão contratual, impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, por falhar na execução do contrato, pelo prazo de 01 (um) ano.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL FIDELIS NARVAES NETO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/05/2026, às 21:09, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO DA CUNHA FREIRE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 20/05/2026, às 08:24, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **73423995** e o código CRC **E92D5131**.



Referência: Processo nº 08812.001405/2026-60



SEI nº 73423995



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I.S DO TERMO DE REFERÊNCIA

MENSURAÇÃO DE OCORRÊNCIAS PARA APURAÇÃO DE PENALIDADES

Este modelo foi criado para o acompanhamento das eventuais irregularidades, inconformidades e outros eventos passíveis de penalidades durante a execução contratual dos serviços de Leiloeiro(a) Oficial para Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal - UniPRF e SPRF/SC, para facilitar a mensuração do transpasse da margem de tolerância prevista no “**Anexo I.R do Termo de Referência – TABELA DE PENALIDADES**”, e sua correspondente apuração e sanção:

MENSURAÇÃO DE OCORRÊNCIAS PARA APURAÇÃO DE PENALIDADES (CONFORME ANEXO I.S DO TERMO DE REFERÊNCIA)						
Indicador de Desempenho	Inconformidade	Quantidade	Data	Prazo de Atendimento	Dias de Atraso	Documento Comprobatórios (Sei! nº)
		1				
		2				
		3				
		4				
		5				
		6				
		7				
		8				
		9				
		10				
		11				
		12				
		13				
		14				
		...				
		...				
		...				

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL FIDELIS NARVAES NETO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/05/2026, às 21:11, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO DA CUNHA FREIRE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 20/05/2026, às 08:25, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **73424093** e o código CRC **6AF5C90C**.



Referência: Processo nº 08812.001405/2026-60



SEI nº 73424093